

Fortalece  
**PSE!**

# CADERNO PSE ANTIRRACISTA

Parte 1

VERSÃO PRELIMINAR VENDA PROIBIDA





Fortalece  
**PSE!**

# CADERNO PSE ANTIRRACISTA



**Ministério da Saúde**

Esplanada dos Ministérios, Bloco O Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF  
Tel: +55 (61) 3315-6264  
E-mail: pse@saude.gov.br | www.saude.gov.br

**Ministro da Saúde | MS**

Alexandre Padilha

**Secretário-executivo | SE**

Adriano Massuda

**Secretária de Atenção Primária à Saúde**

Ana Luiza Caldas

**Secretário Adjunto da Secretaria de Atenção Primária à Saúde**

Ilano Almeida Barreto e Silva

**Diretor do Departamento de Saúde da Família**

José Eudes Barroso Vieira

**Coordenadora-Geral de Saúde da Família e Comunidade**

Ana Cláudia Cardozo Chaves

**Coordenadora de Ações Intersetoriais na Atenção Primária à Saúde**

Kátia Maria Barreto Souto

**Equipe Programa Saúde na Escola do Ministério da Saúde**

Gracielly Alves Delgado  
Letícia Toledo do Amaral  
Tannira Bueno  
Luiza Borges Soutto Mayor  
Fernanda dos Santos Rodrigues  
Caroline da Silva Moreira

**Ministério da Educação**

Esplanada dos Ministérios, Bloco L Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF  
Tel: +55 (61) 2022-7940  
E-mail: coge@meec.gov.br | www.mec.gov.br

**Ministro da Educação | MEC**

Camilo Sobreira de Santana

**Secretário-executivo | SE**

Leonardo Barchini

**Secretária de Educação Básica | SEB**

Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

**Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica | DPDI/****SEB**

Alexsandro do Nascimento Santos

**Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação Básica | COGEB/DPDI/****SEB**

Ana Valeria da Silva Dantas

**Equipe Programa Saúde na Escola do Ministério da Educação**

Daiane de Oliveira Lopes Andrade  
Gláucia Barbosa Pinto de Campos  
Alexander Augusto Rodrigues

**Equipes Fortalece PSE****Coordenação Geral**

Edsaura Maria Pereira  
Marcio Florentino Pereira

**Coordenação Pedagógica**

Antonio José Costa Cardoso  
Jane Mary De Medeiros Guimarães  
Matheus Ribeiro Dos Santos  
Monarko Nunes De Azevedo

**Coordenação de Apoio Administrativo**

Astrid Sarmiento Cosac

**Coordenação de Tecnologia**

Luciano Moreira Carara

**Coordenação de Comunicação**

Mariana de Toledo Lopes

**Coordenação Jovem**

Thaís Freitas

**Equipe de Articuladores**

Fernando Luiz Eliotério  
Karen Costa Oliva  
Marema de Deus Patrício  
Mary Anne de Souza Alves França  
Matheus de Oliveira Brancaglioni  
Matheus Henrique Bou Maroun Cruz

**Equipe de Mobilizadores**

Alexander Augusto Rodrigues  
Álvaro Saluan Da Cunha  
Ana Cláudia Barbosa Mendes  
Fernanda Costa De Lima  
Ivone Maria Elias Moreyra  
Leonardo Vinícius Azevedo  
Linamar Teixeira De Amorim  
Maria Do Carmo Salviano Adrião  
Olga Maria De Alencar  
Valéria Aparecida Vieira

**Equipe de Apoio Administrativo**

Astrid Sarmiento Cosac  
Jacira Sousa Pereira  
Neuracy Moreira Andrade  
Raquel Gonçalves Da Silva  
Vanilde Pedrosa Da Silva

**Equipe de Comunicação**

Helena Cristina Amaral Silva  
Jota Aguiar de Guimarães Duarte  
Mariana de Toledo Lopes  
Tiago Machado Carneiro

**Equipe Coordenação Jovem**

Jonatas Sousa Maciel  
Pedro Lorena De Oliveira Filho  
Thaís Freitas

**Equipe Tecnologia**

Adroaldo De Jesus Belens  
Francisco Caldeira De Souza  
Luciano Moreira Carara

## **Projeto Fortalece PSE - 2025**

### **Equipe Editorial**

Alexander Augusto Rodrigues  
Antônio José Costa Cardoso  
Astrid Sarmiento Cosac  
Edsaura Maria Pereira  
Jane Mary de Medeiros Guimarães  
Kátia Maria Barreto Souto  
Márcio Florentino Pereira  
Mariana de Toledo Lopes  
Matheus Ribeiro dos Santos  
Monarko Nunes de Azevedo

### **Equipe de Elaboração**

INSTITUTO MAPEAR  
Diretor Executivo – Luciano Ramos  
Ana Potyara  
Luciano Ramos  
Palas Camila Lustosa  
Priscila Pereira  
Raquel Rodrigues  
Sinara Dias

### **Equipe de Revisão**

Claudia Araújo de Lima  
Fernanda dos Santos Rodrigues  
Jane Mary de Medeiros Guimarães  
Kátia Maria Barreto Souto  
Lia Maria dos Santos

### **Equipe de Diagramação**

Helena Cristina Amaral Silva  
Mariana de Toledo Lopes

### **Leitura crítica e organização editorial**

Priscila Pereira







### **Revisão Ortográfica**

Cristiany Santos  
Lígia Gomes  
Renata Farias

### **Projeto Visual**

Mariana de Toledo Lopes

# Sumário

 <b>Sobre este caderno</b>	<b>8</b>
 <b>O PSE e a Promoção da Saúde</b>	<b>9</b>
 <b>Um PSE Antirracista: o contexto da Lei 10.639/2003 e o combate ao racismo nas escolas</b>	<b>12</b>
 <b>Como e por que deste material?</b>	<b>16</b>
 <b>Ponto de Partida: pensando o racismo a partir dos conceitos chaves</b>	<b>17</b>
 <b>Sugestões de práticas Antirracistas</b>	<b>26</b>



**Protagonismo Infanto Juvenil Antirracista: promovendo a participação ativa e efetiva de crianças, adolescentes e jovens** 27



**Como desenvolver um PSE antirracista na prática?** 34



**Pensando em trabalhos de gestores com perspectivas antirracistas** 44



**Modelos de atividades que podem ser implementadas por profissionais do Programa Saúde na Escola** 52



**Referências bibliográficas** 63

# Sobre este caderno

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação instituída em 2007, com objetivo de promover a saúde e a educação integral dos estudantes da rede pública de ensino. Suas estratégias de implementação envolvem toda a comunidade escolar, as equipes de saúde e a educação básica que desenvolvem ações educativas e promoção da saúde em diferentes temáticas, conforme a Portaria Interministerial 1055 de 25 de abril de 2017.

É muito importante que o Programa Saúde na Escola (PSE), ao comemorar seus dezoito anos, proponha e inclua no PSE uma abordagem Antirracista nas escolas, partindo da premissa de que a educação e a saúde no Brasil têm raça, cor e território. Considerar esses marcadores nos atendimentos é primordial para impactar na melhoria da qualidade de vida das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Desenvolver práticas antirracistas é promover saúde! E, paralelamente, é promover uma educação para todos a partir da leitura com base em equidade. O letramento racial é o ponto de partida para o enfrentamento ao racismo de forma eficaz.

Nesse sentido, este material não pretende esgotar o tema, mas ser uma porta de entrada para o letramento racial. Ele foi produzido por especialistas que dedicam suas vidas profissionais e acadêmicas aos estudos sobre equidade racial e práticas antirracistas.

A abordagem proposta neste caderno busca aproximar do fazer diário dos gestores, educadores e profissionais de saúde do Programa Saúde na Escola (PSE).

# O PSE e a promoção da saúde

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007<sup>1</sup>, alicerçado na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)<sup>2</sup> e na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)<sup>3</sup> e, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>4,5,6</sup>. Ao longo de 18 anos de implementação, a adesão voluntária dos municípios foi sendo ampliada, alcançando 99,9% no biênio 2025-2026. Esse processo de adesão ocorre a cada dois anos, conforme regras de participação que variaram ao longo do tempo, e representa a vontade política dos Secretários Municipais de Saúde e de Educação em relação ao desenvolvimento do PSE<sup>7</sup>.

O modelo de atuação intersetorial do PSE pressupõe a articulação das redes de saúde e de educação de forma intersetorial e interfederativa, com foco no território, gerido a partir de Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI), os quais se configuram como espaços de governança com autonomia para execução do PSE, em consonância com as necessidades e demandas locais<sup>8</sup>. A intersetorialidade pode ser definida como a oferta de ações e serviços por mais de um setor em um território, articulando saberes e experiências no planejamento, execução e avaliação de ações, por meio da formação das redes de corresponsabilidade, o que implica na tomada de decisão compartilhada<sup>7,8,9,10</sup>.

No âmbito do PSE, essa integração entre setores implica, minimamente, a articulação entre as redes de saúde e educação como estratégia propulsora desses arranjos locais para viabilizar a sua implementação e, assim, promover a saúde e prevenir agravos no ambiente escolar, incorporando a saúde ao currículo escolar da Educação Básica<sup>7,8,9</sup>. Na maioria das vezes, entretanto, essa parceria intersetorial ainda é pontual, sem um planejamento sistemático, nem incorporação das pessoas envolvidas<sup>8,9,11</sup>. Além disso, foi-se percebendo o tamanho dos desafios representados pela intersetorialidade<sup>9(82)</sup>, a participação social<sup>11</sup> e a promoção da saúde<sup>8</sup>.

A promoção da saúde no Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia que, considerando os fatores que prejudicam o bem-estar dos estudantes da rede pública de ensino, visa a melhorar sua qualidade de vida por meio de um conjunto de ações: atuação sobre os determinantes sociais da saúde; participação popular e mobilização social; reorientação dos serviços de saúde; articulação com outras políticas públicas (transporte, segurança pública, cultura, esportes etc.); e inculcação de valores, crenças e atitudes saudáveis. Os comportamentos formados durante a infância e a adolescência têm grande chance de se perpetuarem até a maturidade, inclusive se consolidando como valores<sup>12</sup>.

Visando a aperfeiçoar a qualidade dessa ação intersetorial na escola, têm sido propostos: a criação de espaços de governança capazes de induzir mudanças;

o planejamento conjunto e a pactuação de um projeto comum que considere a realidade dos territórios; a atuação sobre os determinantes sociais da saúde; a inclusão da comunidade escolar na identificação de necessidades com efetiva participação dos estudantes; a implementação de tecnologias de informação e comunicação; o compartilhamento de recursos humanos, financeiros ou administrativos; a educação permanente dos agentes; o acompanhamento e avaliação das ações; e o financiamento de pesquisas.

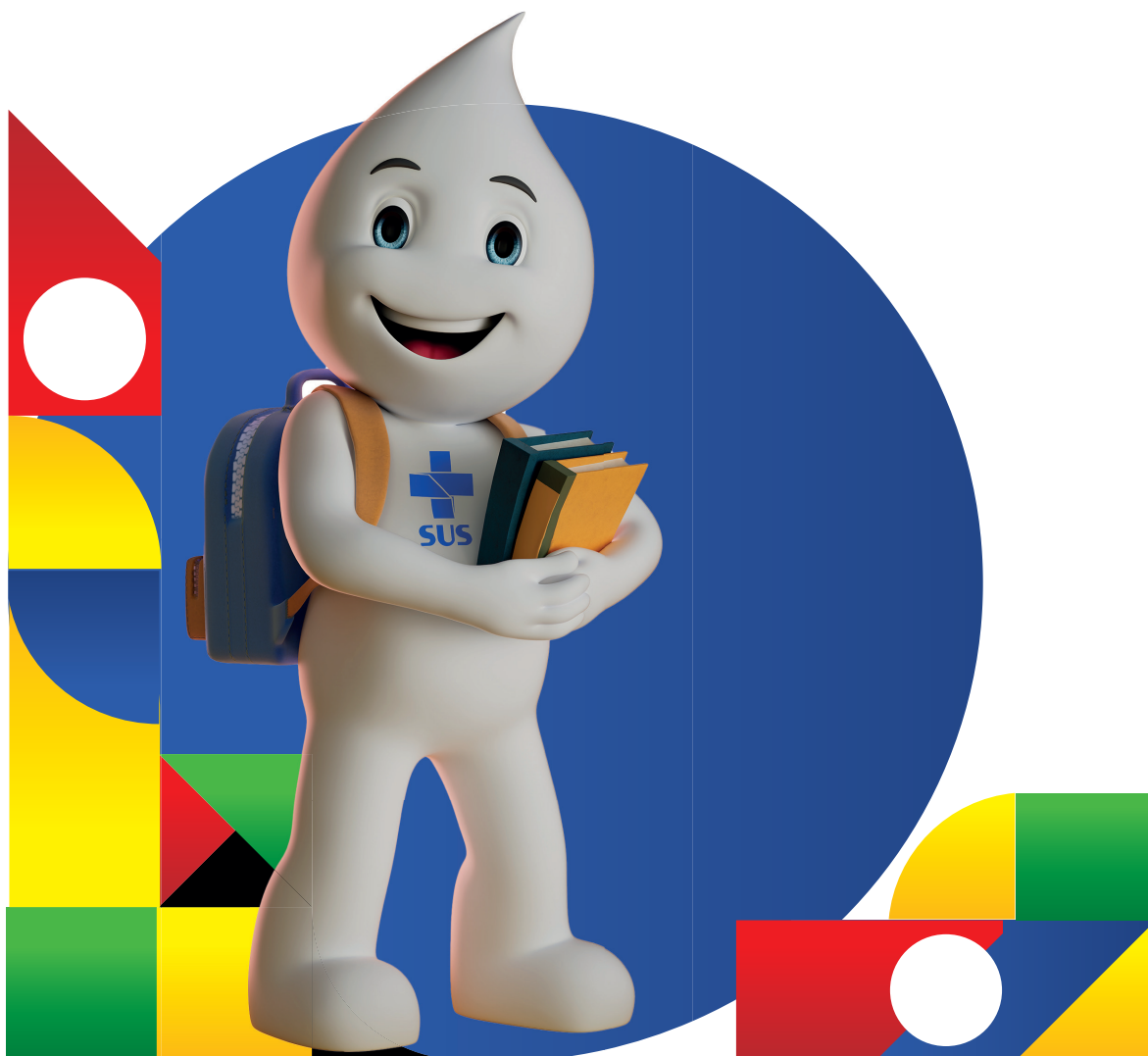
Nesse contexto, os Cadernos Temáticos compõem um conjunto de iniciativas que o Projeto FORTALECE PSE apresenta para apoiar o Programa Saúde na Escola (PSE), por meio da formação de Jovens Agentes Promotores da Saúde, Cultura, Ciência e Cidadania nas Escolas e Comunidades, para atuarem de forma criativa e engajada na promoção de saúde nas escolas, em diferentes territórios, onde passam a exercer um papel na identificação de demandas, no planejamento de atividades educativas e na mobilização de pessoas em prol do bem-estar e da qualidade de vida nas comunidades.

**Equipe Pedagógica do Fortalece PSE**

## Referências

1. Brasil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Programa Saúde na Escola. Brasília, DF: Presidência da República; 2007.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº. 648, de 28 de março de 2006. Política nacional de atenção básica: PNAB. Brasília, DF: 2006.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Brasília, DF: 2006.
4. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2017. Seção 1, p. 120.
5. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2017. Seção 1, p. 41.
6. Brasil. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC; 2018.
7. Gonçalves PDS, Ferreira SC, Rossi TRA. Uma análise do processo de trabalho dos profissionais da saúde e educação no PSE. Saúde em Debate [online]. 2022, 46 (spe3):87-102.

8. Fernandes LA, Shimizu HE, Neto PFP, et al. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. *Saúde em Debate*, [S. l.]. 2022,46 (esp3):13-28.
9. Oliveira FPSL, Vargas AMD, Hartz Z., et al. e. Integração das ações do Programa Saúde na Escola entre profissionais da saúde e da educação: um estudo de caso em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Saúde em Debate*. 2023, 46(esp3):72-86.
10. Junqueira LAP. Intersetorialidade, transetorialidade e redes na saúde. *Rev Adm pública*. 2000, 34(6):35-45.
11. Wachs LS, et al. Avaliação da implementação do Programa Saúde na Escola do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: 2012, 2014 e 2018. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2022 [Acesso em 2025 jan 05], v. 38, n. 6, pp; 1-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT231021>>. Epub 27 Jun 2022. ISSN 1678-4464.
12. Lopes IE, Nogueira, JAD, Rocha, DG. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e promoção da saúde: revisão integrativa. *Saúde Debate*. 2018, 42:773-789.



# Um PSE Antirracista: o contexto da Lei 10.639/2003 e o combate ao racismo nas escolas

Você já ouviu falar da Lei 10.639/03? Ela é uma lei muito importante, porque obriga todas as escolas brasileiras de educação básica, públicas e privadas, a ensinarem sobre a história e a cultura afro-brasileira<sup>1</sup>. Ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), inserindo a obrigatoriedade de conteúdos que abordem a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. A isso inclui o processo histórico da escravidão, as religiões de matriz africana, os heróis e heroínas negros da nossa história, e tudo aquilo que foi deixado de lado nos livros por muito tempo.

Essa lei determina que temas como a luta dos negros no Brasil, o racismo e os direitos humanos sejam trabalhados no currículo escolar, especialmente nas disciplinas de História e Literatura, mas também de forma transversal.

Mas essa lei não surgiu do nada. Ela é fruto de muita luta de pessoas negras que não aceitavam mais ver sua história sendo ignorada nas salas de aula. Desde os anos 1970, movimentos como o Movimento Negro Unificado (MNU) vinham dizendo: “nós queremos estar nos livros, nas aulas, no currículo!”<sup>2</sup>. Eles se organizaram, protestaram e fizeram propostas para que a escola mudasse.

Outras organizações como o Geledés - Instituto da Mulher Negra também tiveram papel essencial nessa conquista<sup>3</sup>. Essas organizações da sociedade civil sabiam que não basta dizer “somos todos iguais” se a história da metade da população é apagada ou contada de forma racista. Foi graças a essa pressão que, em 2003, a lei nº 10.639/03 foi aprovada e entrou em vigor em todo o país<sup>4</sup>.

1. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. 2003 Jan 10 [citado 2025 Abr 8]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)

2. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU). Carta de Princípios. São Paulo: MNU; 1978 [citado 2025 Apr 8]. Available from: <https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf>

3. GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. [Internet]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>

4. UNITED NATIONS. World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance: Durban Declaration and Programme of Action. Geneva: Office of the High Commissioner for Human Rights; 2002 [citado 2025 Apr 8]. Available from: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban\\_text\\_en.pdf/www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban\\_text\\_en.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban_text_en.pdf/www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban_text_en.pdf)

Essa mudança também foi influenciada por uma conferência mundial que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001, onde vários países - incluindo o Brasil - prometeram fazer ações contra o racismo<sup>5</sup>. Uma das promessas era mudar o que se ensina nas escolas. A partir daí, ficou mais difícil o governo ignorar a cobrança do movimento negro.

Como explica a filósofa Djamila Ribeiro, educar de forma antirracista é muito mais do que apenas incluir conteúdo. É uma prática que precisa transformar a forma como as pessoas pensam e se enxergam na sociedade<sup>5</sup>. Ela também fala que o racismo não deve ser tratado como opinião, mas como violência que precisa ser combatida de forma ativa<sup>6</sup>.

A escritora Cida Bento lembra ainda que os benefícios da escravidão não sumiram – eles ainda favorecem pessoas brancas até hoje, enquanto os impactos negativos seguem afetando a população negra<sup>7</sup>. Ou seja, mudar o conteúdo da escola é uma forma de começar a corrigir essas injustiças.

Agora, talvez você esteja se perguntando: “Mas o que isso tem a ver com o Programa Saúde na Escola (PSE)?” A resposta é: tudo!

O PSE é um programa que visa à promoção da saúde dos estudantes dentro da escola, por meio de metodologias de educação em saúde. E saúde não é só tomar vacina ou ir ao dentista. Saúde também compreende o desenvolvimento humano do indivíduo, considerando aspectos relacionados à autoestima, bem-estar, representatividade, acolhimento e respeito às diversidades.

Quando a escola ignora o racismo ou finge que ele não existe, ela adocece emocionalmente e socialmente os estudantes negros. Isso acontece quando eles não se veem representados nos livros, quando suas religiões são zombadas, quando seus cabelos são chamados de “ruins” ou suas histórias são ignoradas.

Por isso, o PSE precisa também ser antirracista, ou seja, trabalhar para mudar essas situações no ambiente escolar de forma que essas mudanças se propaguem em toda a comunidade escolar, o que inclui as famílias vinculadas aos escolares. Portanto, um PSE antirracista quer dizer falar sobre racismo, ensinar sobre a cultura afro-brasileira, apoiar estudantes que sofrem discriminação e valorizar suas identidades. Fazer isso é uma forma de cuidar da saúde de todos e todas na escola. Como disse Angela Davis<sup>8</sup>: “Não basta não ser racista. É preciso ser antirracista”.

Por isso, pensar um Programa de Saúde na Escola Antirracista é estabelecer uma democracia atuante e eficaz. Como nos aponta a filósofa e escritora Sueli Carneiro em suas palestras: o racismo é a antítese da democracia. Não é possível afirmar a existência da democracia em ambientes racistas e machistas, já que

5. RIBEIRO Djamila. O que é: lugar de fala?. Disponível em <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>

6. RIBEIRO Djamila. Pequeno manual antirracista. Disponível em [https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO\\_SOCIOLOGIA\\_2%C2%BAANO\\_PEQUENO\\_MANUAL\\_ANTIRRACISTA\\_RIBEIRO\\_DJAMILA-v\\_5f-0659881d9e4.pdf](https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f-0659881d9e4.pdf)

7. BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. Companhia das Letras, 2022.

8. DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

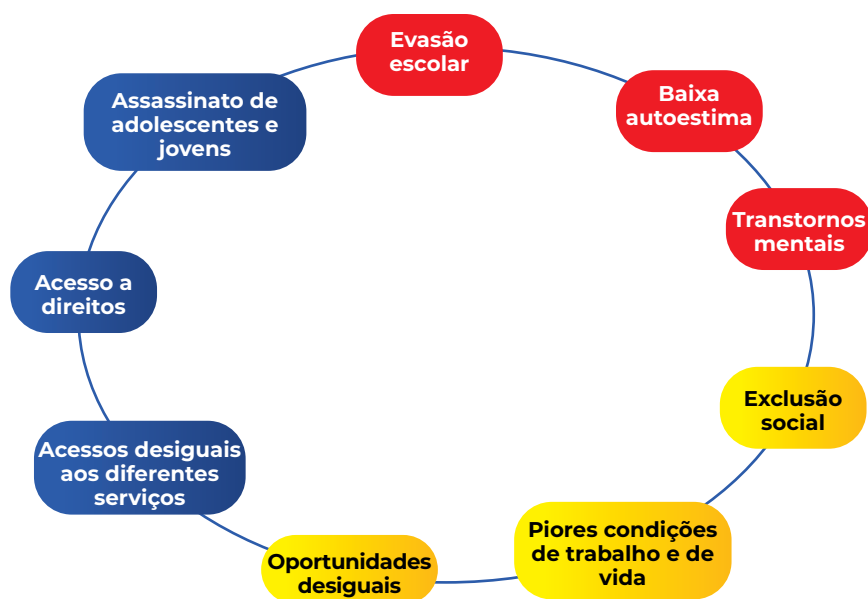
essas opressões retiram a dignidade de grupos específicos e não os reconhecem a partir das ideias de equidade e igualdade.

A democracia tem por princípio a participação igualitária de todos os atores sociais. Se o racismo inferioriza um grupo em detrimento de outro, a democracia é inexistente onde o racismo se mantém. Ao mesmo passo que o PSE é um instrumento para a prática do antirracismo, ele também é um forte passo para a manutenção da democracia junto à comunidade escolar, uma vez que ele oportuniza o acesso à saúde e à educação de todos os grupos sociais. Em síntese, não é possível pensar em saúde e educação sem estabelecer práticas antirracistas e antimachistas, pois não é possível deixar ninguém para trás. A democracia nos ensina esses elementos.

Querido educador, querida educadora, querido e querida profissional de saúde, aqui há um convite gentil e fervoroso a você: seja, junto conosco, um profundo defensor da democracia! Convidá-los a isso, é convidá-los a ser antirracistas. Praticar o antirracismo é atuar democraticamente.

O racismo é, essencialmente, promotor de estresse tóxico, contribuindo para a promoção de inúmeras violências na vida de meninos e meninas negros e negras, que se manifestam desde as microformas até a necropolítica. Meninos e meninas têm seus acessos aos direitos básicos negados nos seus cotidianos, sofrem injúrias raciais e, até mesmo, são reféns de erros médicos. Quando falamos de adolescentes e jovens, os dados se manifestam em elementos palpáveis como a evasão escolar, por exemplo, em que os negros são a maioria dos não concluintes de ensino médio no Brasil. Essas exclusões acabam por impactar no acesso ao mercado de trabalho e contribuem para que essas pessoas desenvolvam atividades laborais subalternas, ocupando maior informalidade no mercado, menor remuneração e dificuldade de progressão de carreira.

### Impactos do racismo no desenvolvimento de adolescentes<sup>9</sup>



9. Quadro inspirado na mandala do Primeira Infância Antirracista do UNICEF

O racismo, como um elemento promotor de violências afeta, inicialmente, a autoestima das pessoas agredidas racialmente. Cida Bento<sup>10</sup>, na publicação “Educação infantil e relações étnico-raciais”, aponta que, desde muito cedo, as crianças estão atentas ao que é valorizado ou desvalorizado socialmente. Nesse sentido, o racismo, que desvaloriza as crianças negras em detrimento das crianças brancas no seu cotidiano, impacta na percepção destas em suas plenas dimensões: desde a beleza física até a sua inteligência. Ademais, alimentam um processo de necropolítica<sup>11</sup> que extermina jovens negros de 15 a 24 anos, lidos socialmente pela cor de sua pele como um possível marginal. Não é raro que esses fatores afetem a adolescência desses indivíduos, já que, nessa fase da vida, os meninos e as meninas estão muito concentrados nos padrões estéticos. Se a beleza valorizada é eurocêntrica (leia-se branca), os adolescentes negros não poderão ser lidos como bonitos. E isso vai interferir na forma como eles se relacionam com seus corpos, seus cabelos e seus tons de pele.

No mesmo sentido, quando se pensa em adolescentes e jovens inteligentes, os vieses inconscientes racistas (falaremos deles adiante) não permitem que, como primeira memória, venha a cabeça do indivíduo uma pessoa negra. Durante muito tempo, o racismo científico buscou provar a ideia falida de superioridade intelectual dos brancos. Todavia, ela segue no imaginário de muitas pessoas no Brasil e no mundo. Não ser lido como uma pessoa inteligente e capaz, e, muitas vezes, não ser incentivado a permanecer no ambiente escolar faz com que os meninos e as meninas negros compreendam que a escola não é um lugar para eles.

Esses mesmos adolescentes e jovens, em muitos casos, também são pressionados a evadir a escola para complementar a renda doméstica familiar e/ou para a própria manutenção financeira. Os meninos negros são os que mais sofrem com essa condição, pois, atrelada à questão racial, está o recorte de gênero, que vai apontar que o lugar dos meninos é o da provisão. Ainda que existam programas governamentais que apoiem a permanência de meninos e meninas de famílias mais vulnerabilizadas no ambiente escolar, se os educadores que atuam com esses indivíduos diariamente não os incentivam, a possibilidade de desistência é grande.

Terminamos este texto fazendo uma pergunta bastante sincera para você, caro leitor e cara leitora: até que ponto a escola é um espaço realmente acolhedor para meninos e meninas negros?

10. BENTO, Cida. Educação infantil e relações étnico/raciais. Disponível em [https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/publicacoes/Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o\\_Infantil\\_e\\_rela%C3%83%C2%A7-C3%83%C2%B5es\\_%C3%83%C2%A9tnico\\_raciais\\_Maria\\_Aparecida\\_Silva\\_Bento.pdf](https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/publicacoes/Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o_Infantil_e_rela%C3%83%C2%A7-C3%83%C2%B5es_%C3%83%C2%A9tnico_raciais_Maria_Aparecida_Silva_Bento.pdf)

11. Segundo Achille Mbembe, no livro “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, necropolítica é um conceito baseado na soma dos princípios de biopoder e determinação racial fenotípica que definem quem deve morrer ou viver.

# Como e por que deste material?

Este caderno existe para ajudar os (as) profissionais de saúde e educação, por meio do Programa de Saúde na Escola, na implementação de práticas antirracistas junto a toda comunidade escolar. O infográfico apresentado no capítulo anterior explicita os resultados diretos e os impactos que o racismo tem sobre as vidas de meninos e meninas negros. Logo, o caderno propõe estratégias que contribuam para a resolução dessas problemáticas. Obviamente, essas estratégias não são simples, uma vez que estamos lidando com questões historicamente complexas e que estruturam a sociedade brasileira.

Essencialmente crianças, adolescentes e jovens passam pela vivência escolar. Logo, a escola, como um ambiente privilegiado de manifestação da democracia, tem como missão ser antirracista. Uma pessoa pode não gostar da cor ou do modelo de roupa do outro, do time de futebol, do programa de tv, série, do partido político... e isso significa democracia. Quando se trata da cor da pele, textura de cabelo ou traços raciais, isso caracteriza racismo. E racismo, antes de tudo, é um crime.

Como a escola tem o papel prioritário de contribuir para a educação dos docentes e dos discentes, o trabalho na perspectiva antirracista traz consigo uma forma de educar com base na equidade racial. Isso porque não é unicamente por meio de relações interpessoais que o racismo se manifesta, mas ele está presente também na estrutura educacional brasileira, uma vez que as hierarquias raciais estão postas inferiorizando as pessoas negras a todo tempo. Um PSE antirracista, portanto, convoca educadoras e educadores – entendidos aqui como todas as pessoas que atuam no ambiente escolar com uma função laboral - para o exercício cotidiano de práticas antirracistas.

Dessa forma, este material pretende ser um instrumento vivo que precisa ser utilizado pelos educadores e profissionais de saúde nas abordagens com crianças, adolescentes, jovens e adultos no ambiente escolar, a partir de perspectivas étnico-raciais, promovendo o letramento racial dessas equipes.

# Ponto de Partida: pensando o racismo a partir dos conceitos chaves

Em nosso país, a República Federativa do Brasil, o regime de governo — ou seja, a forma como o poder político é organizado e exercido — é a Democracia. Esse sistema político é baseado no princípio de que o poder emana do povo, que escolhe seus representantes por meio de eleições livres e periódicas. Em um governo democrático, todos os cidadãos são iguais perante a lei. Isso significa que, independentemente de quem sejam ou de onde venham, cor da pele, orientação sexual, gênero e outros fatores que compõem sua identidade, todos têm os mesmos direitos e deveres garantidos pela Constituição, que é a lei mais importante do país. A Constituição assegura que todos tenham direito à cidadania, isto é, um conjunto de direitos e deveres que cada indivíduo possui na sociedade em que vive. Esses direitos, garantidos por leis, têm como objetivo assegurar que todas as pessoas tenham condições de viver com dignidade como direito à vida, à educação, à saúde e à moradia.

Porém, todos os dias, somos atravessados por notícias ou situações que envolvem desigualdades sociais, racismo e outras violações de direitos. Esses problemas são tão frequentes que, muitas vezes, acabam sendo vistos como algo “normal” ou “naturalizado”. No entanto, é importante entender que essa realidade não é fruto do acaso: ela tem raízes profundas, que remontam ao processo histórico de formação do Brasil e tornaram o exercício da cidadania um grande desafio para 56,7%<sup>12</sup> da população.

Vale lembrar que o Brasil é um país muito diverso, com riqueza cultural, étnica e social significativos. Essa diversidade é produto da interação dos povos indígenas, africanos, asiáticos e europeus que, ao longo da história, foram fundamentais para construir a identidade do país. No entanto, mesmo sendo um país tão variado e multicultural, muitas pessoas ainda enfrentam dificuldades para acessar direitos básicos e ser reconhecidas como cidadãos.

Ao analisar a História do nosso país, percebe-se que, desde os tempos do Brasil colonial, quando os portugueses chegaram aqui, a sociedade brasileira foi se formando com base em relações de exploração e desigualdade. A escravidão, por exemplo, explorou milhões de africanos e indígenas, promovendo apagamento de identidades e deixando marcas profundas que ainda hoje afetam a vida de seus descendentes. Além disso, a concentração de terras nas mãos de poucos e a industrialização tardia do país contribuíram para criar uma sociedade onde poucos têm muito e muitos têm pouco.

12. Segundo o site do IBGE, no segundo trimestre de 2024, 56,7% da população brasileira era negra, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE.

Portanto, em vez de naturalizar essas desigualdades, é preciso questioná-las e reconhecer que são resultados de escolhas políticas e sociais que beneficiam determinados grupos em detrimento de outros. Nesse sentido, a educação, a conscientização e a mobilização social são ferramentas fundamentais para transformar essa realidade e construir um país mais justo e inclusivo, onde todas as pessoas tenham suas identidades reconhecidas e afirmadas enquanto cidadãs.

Seguindo a lógica do questionamento para a construção de uma sociedade mais equânime, é fundamental reconhecer o racismo como um dos maiores e mais desafiadores produtos das desigualdades enfrentadas no Brasil. Para isso, é essencial compreender alguns conceitos e identificá-los em nossas relações sociais, pois esse entendimento é um passo crucial para desenvolver práticas capazes de combatê-lo, ou seja, práticas antirracistas. Essa ação será nosso ponto de partida.

### **Identidade, Raça e Colonização**

Compreender que o conceito de Identidade está diretamente ligado à Raça, à Escravização e à Colonização é fundamental. Isso porque esses processos históricos e sociais criaram e impuseram categorias raciais que ainda influenciam como as pessoas são vistas, tratadas e posicionadas em diferentes espaços da sociedade.

#### ✓ Identidade

Conceito central para entender quem somos e como nos relacionamos com o mundo. Para facilitar a compreensão, vamos imaginar que identidade é como um quebra-cabeça. Cada peça representa uma parte de quem somos: nossas características físicas, nossa história, nossa família, nossa cultura, nossas experiências, nossa raça, nosso gênero, nossas crenças, lugares onde vivemos e muito mais. Essas peças se encaixam de maneiras diferentes para cada pessoa, formando uma imagem única. De modo geral, Identidade é tudo que tem a ver com um indivíduo. Porém, vale refletir que a identidade não é algo fixo, ela está em constante transformação, pois é influenciada por forças externas, como a história, a sociedade e as relações de poder. Isso significa que não nascemos com uma identidade pronta; ela é formada ao longo do tempo, a partir das nossas experiências, relações e contextos em que vivemos. Como aponta Stuart Hall<sup>13</sup>, um pensador que estuda o conceito de identidade e suas relações com o mundo, a identidade é algo fluido, dinâmico, e político, construído socialmente a partir das diferenças e da relação com o “outro”.

13. HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro; DP & A, 2006.

### ✓ Raça

Entender o conceito de raça é fundamental para construção de práticas antirracistas. Esse termo surge no campo da ciência como uma ferramenta de classificação dos seres vivos, criada para separá-los em grupos com base em suas semelhanças e diferenças físicas.

O professor Kabengele Munanga, da Universidade de São Paulo, explica que, do ponto de vista científico, não existem raças humanas<sup>14</sup>. Na verdade, existe apenas uma raça: a humana. Isso quer dizer que, biologicamente, todos nós pertencemos à mesma espécie. As diferenças que observamos, como cor da pele ou traços físicos, são muito pequenas quando comparadas às semelhanças que nos unem. Ou seja, não existe uma base científica que justifique a divisão da humanidade em raças.

Para Sueli Carneiro<sup>15</sup>, no modelo de construção social brasileira, os dispositivos de raça e racismo são constituídos por dinâmicas de biopoder, ou seja, pelo desenvolvimento de estratégias de dominação, de apartamento e/ou distanciamento pelas características físicas e pela cor da pele.

Ou seja, sendo o conceito de raça uma ideia criada pela sociedade, é importante compreender que essa construção está cheia de significados que refletem relações de poder. Este termo não é neutro e muito menos natural, foi usado de forma intencional para justificar hierarquias, desigualdades e a dominação de alguns grupos sociais sobre outros.

### ✓ Colonização

A colonização foi um mecanismo de dominação política, econômica e cultural, que envolveu a exploração de territórios e povos, envolta pela ideia de superioridade entre os povos e a imposição de culturas e modos de vida europeus, especialmente na África, Ásia e Américas. Quando os portugueses invadiram as terras que posteriormente chamaram de Brasil, a ideia de raça, enquanto forma de classificação biológica, foi usada para dividir as pessoas em grupos e, ao mesmo tempo, para justificar a ideia de que alguns grupos eram “superiores” e outros “inferiores”. É nesse contexto que, ao analisarmos a História do Brasil, observamos como o conceito de raça enquanto identificação social e política que entendemos hoje como começou a se consolidar, e é respaldado por Bento<sup>16</sup>, que fala sobre o pacto da branquitude, o qual abordaremos com mais detalhes em seguida. Essa classificação racial, aplicada às relações sociais durante a colonização, influencia a sociedade até os dias atuais. Nessa visão hierárquica, os brancos europeus ocupavam o topo da escala, enquanto os povos indígenas e negros eram colocados em posições inferiores. Essa estrutura racial serviu de base para justificar práticas como a escravidão, a exploração e a dominação desses grupos, perpetuando desigualdades e violências ao longo da história.

14. MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. Disponível em <https://doceru.com/doc/n1c580n>

15. CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

16. BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

### ✓ Relações de Poder e Etnocentrismo

Relações de poder são formas de interações dinâmicas em que uma parte (grupos ou indivíduos) têm a capacidade de impor sua vontade, decisões ou ideias sobre outra, mesmo que de forma indireta ou simbólica. Elas não se limitam apenas por meio da força física ou autoridade formal, mas também envolvem aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. As **relações de poder** criadas pelos europeus foram essenciais durante o processo de invasão e dominação de outros povos. Elas se baseavam no **etnocentrismo**, que é a crença de que um grupo (no caso, os europeus) é superior a todos os outros, como se fossem o “centro do mundo” e a única fonte de conhecimento e cultura.

Assim, os europeus usaram seu poder para impor suas ideologias – ou seja, conjuntos de ideias, crenças, valores e pensamentos que moldam a maneira como as pessoas veem o mundo e se comportam – ignorando e desvalorizando qualquer outra forma de viver e pensar que não fosse europeia. O “homem branco europeu” foi estabelecido como o padrão de humanidade, assim como todas as suas características associadas – aparência física, cultura, valores e modo de vida – foram consideradas superiores e universais. Como consequência, tudo o que não correspondia a esse padrão foi visto como “inferior” ou até “menos humano”.

Em outras palavras, os europeus não apenas ocuparam territórios, mas também buscaram controlar a maneira como as pessoas pensavam e viviam. Isso resultou em um sistema de apagamento de identidades, destruição e desvalorização de culturas, conhecimentos e modos de existir dos povos colonizados. Para Achille Mbembe, no livro “A crítica da razão negra”<sup>17</sup>, há uma construção social importante a ser percebida e que veio ao longo dos séculos evoluindo em suas nuances, tornando o corpo negro num “dessemelhante, da diferença e do poder puro do negativo”, o que se configura como violência simbólica.

A violência simbólica se confirma no pensamento de Bourdieu e Passeron<sup>18</sup>, quando é reforçada como o modo de imposição, como um modelo de convivência que impõe significações, movendo as estruturas sociais em um único sentido, o que prejudica pessoas.

Um exemplo trágico disso foi a negação da humanidade das pessoas negras. Para justificar a escravidão, os europeus criaram narrativas distorcidas, usando argumentos religiosos e pseudocientíficos que reduziam os africanos a “objetos” ou “mercadorias”, e não a seres humanos com direitos, sentimentos e culturas. Essa desumanização permitia que fossem comprados, vendidos, explorados e tratados como propriedade, tudo para atender aos interesses econômicos dos colonizadores.

Essa lógica perversa não ficou no passado. Mesmo com o fim oficial do colonialismo e a independência das colônias, nossas relações sociais continuam sendo influenciadas por esses ideais. Esse fenômeno é chamado de colonialidade, ideia de que as estruturas de poder, pensamento e comportamento criadas durante o

17. MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

18. BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

colonialismo ainda estão presentes em nossa sociedade, moldando nossa visão de mundo, muitas vezes de forma invisível, mas com impactos profundos na vida das pessoas, mantendo desigualdades e opressões. Por exemplo, a valorização excessiva da cultura europeia vista como “berço da civilização” ou a persistência do racismo são reflexos da colonialidade, herança do colonialismo.

## Branquitude

No contexto da colonialidade, surge o conceito de **Branquitude**, que é um sistema de poder composto por um conjunto de privilégios e normas que beneficiam pessoas brancas e oprimem pessoas não brancas. Em geral, pessoas brancas têm vantagens sociais, econômicas e culturais que muitas vezes passam despercebidas, como maior acesso a oportunidades, menos chances de sofrer violência racial ou discriminação. Esse sistema naturaliza os privilégios das pessoas brancas e invisibiliza as desigualdades raciais, reforçando a hierarquia social criada pelo colonialismo.

A branquitude estabelece o “padrão” do que é considerado normal, belo, bem-sucedido ou aceitável, marginalizando outras identidades raciais. Não se trata apenas de ser branco, mas de ocupar uma posição de poder em uma sociedade racialmente hierarquizada.

O filósofo Franz Fanon<sup>19</sup>, que estudou as relações de poder do colonialismo, apontou que os povos colonizados passaram a se enxergar pela ótica do colonizador, aceitando a ideia de que são inferiores. Fanon vai chamar esse fenômeno de “alienação colonial”, em que o colonizado rejeita sua própria identidade e tenta se aproximar do modelo branco. Essa dinâmica ainda é refletida nas relações sociais de hoje.

Como o colonialismo elegeu o homem branco europeu como o modelo universal de humanidade, um fenômeno comum na branquitude é apontar que aquele que não é branco – o “outro”, o diferente – é quem precisa ser racializado. Isso faz com que pessoas brancas muitas vezes não se vejam como parte de uma “raça”, mas sim como neutras ou “sem raça”. Como consequência, muitas se mantêm alheias aos desafios e desigualdades enfrentados por pessoas não brancas, perpetuando, assim, as estruturas de poder e privilégio.

Reconhecer que pessoas brancas têm privilégios raciais não significa que elas não enfrentam dificuldades. O privilégio racial indica que, entre todos os desafios que enfrentam, a cor da pele não foi mais um obstáculo em suas vidas. Assunto que pode ser aprofundado no livro “White Fragility: Why It’s So Hard for White People to Talk About Racism”<sup>20</sup>, de Robin DiAngelo, uma importante bibliografia para pautar a corresponsabilidade de negros e não negros no enfrentamento dos conflitos oriundos do racismo.

19. FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

20. DIANGELO, Robin. *White Fragility: Why It’s So Hard for White People to Talk About Racism*. Penguin Books, 2018.

Isso ocorre porque, em uma sociedade racista, ser branco ou ter características próximas ao padrão branco influencia as relações sociais de um indivíduo. Quanto mais uma pessoa se aproxima desse padrão (pele mais clara, traços europeus), menos sofre os efeitos do racismo direto. Já pessoas com traços mais afastados desse padrão (como pele mais escura) enfrentam mais estigmas e discriminação. Esse fenômeno é chamado de **colorismo**.

O colorismo valoriza características associadas à branquitude e marginaliza traços ligados à negritude, muitas vezes levando à diminuição ou apagamento da identidade negra. Em resumo, o privilégio racial não nega as dificuldades individuais, mas mostra que, para pessoas brancas, a cor da pele não é uma barreira adicional, ao contrário do que ocorre com pessoas negras e não brancas.

A pensadora Cida Bento, a partir de uma análise sobre como o racismo opera, identificou **O Pacto da Branquitude**<sup>21</sup>: ideia de que as pessoas brancas, muitas vezes sem uma consciência plena disso, beneficiam-se de uma série de vantagens sociais, econômicas e políticas devido à sua cor de pele, e fazem um esforço, consciente ou inconsciente para manter essas vantagens. O pacto é uma forma de manutenção do status quo racial, em que as desigualdades e os privilégios raciais são naturalizados e perpetuados.

## Racismo

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mais de 5,2 mil casos de racismo e injúria racial foram registrados pelo Disque 100 em 2024. No Brasil, o racismo é crime inafiançável e imprescritível. A injúria racial também é considerada crime, com pena de 2 a 5 anos de prisão e multa. Uma pesquisa do Datafolha (2024)<sup>22</sup> revela que 59% dos brasileiros acreditam que a maioria da população é racista. O racismo está profundamente enraizado na sociedade, manifestando-se não apenas em violências explícitas, mas também de forma naturalizada como em discriminações no trabalho, nas escolas e em espaços públicos. Mas, afinal, o que é racismo e como ele se configura em nossa sociedade?

O Racismo é um sistema de dominação que se baseia na ideia falsa de que existem raças humanas superiores e inferiores. Ele pode aparecer de várias formas, desde a utilização violência direta ou indireta, atitudes preconceituosas de uma única pessoa até estruturas sociais e instituições que beneficiam ou prejudicam indivíduos por causa da sua cor de pele, origem étnica ou características físicas.

21. BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. Companhia das Letras, 2022.

22. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/20/datafolha-racismo.shtml>

23. ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Disponível em [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf)

### ✓ Racismo Estrutural, Racismo Sistêmico e Racismo Ambiental

Imagine que a sociedade é uma casa. Essa casa não é neutra, ela foi projetada e construída com base nos interesses, valores e visões de mundo daqueles que detinham o poder no momento de sua construção: no caso, a branquitude.

A branquitude como dona da casa definiu as regras, os padrões e as estruturas que sustentam a sociedade. Essas regras foram criadas para garantir que a casa (sociedade) fosse confortável, segura e durável de acordo com os interesses de seus e de suas donas. As instituições (como o sistema educacional, o judiciário, a saúde, a política) e as leis são os “elementos” que compõem a casa. Esses elementos foram moldados para manter a estrutura da casa estável e funcional, perpetuando as desigualdades e privilégios da branquitude. Por exemplo, leis e políticas podem, mesmo que não intencionalmente, favorecer um grupo em detrimento de outros.

As pessoas negras, indígenas e não brancas foram historicamente usadas como “ferramentas” para construir está “casa sociedade”, porém, mesmo que habitem nesse local, não são reconhecidas como donas desse lar, ou seja, são marginalizadas e excluídas dos espaços de conforto e segurança que a casa proporciona, por meio do sistema de discriminação chamado **Racismo Estrutural**. Um sistema de desigualdades enraizado nas instituições, leis e práticas sociais que privilegia pessoas brancas e marginaliza pessoas negras, indígenas e outras minorias raciais, sendo a base e estrutura em que se fundamentam todas as relações sociais em nossa sociedade.

**Racismo Sistêmico** é a forma como diferentes manifestações do racismo criam interconexão entre as diferentes áreas da sociedade (instituições, cultura, economia, política), funcionando como um sistema integrado. Nele, uma parte afeta a outra perpetuando desigualdades em múltiplos níveis. Por exemplo, a representação negativa de pessoas negras na mídia cria estereótipos e reforça preconceitos, fazendo com que essas pessoas sejam discriminadas.

### ✓ O Racismo e os vieses do inconsciente

Estereótipos são ideias ou crenças generalizadas sobre um grupo de pessoas, baseadas em características físicas, culturais ou comportamentais. Esses conceitos, muitas vezes, não são verdadeiros ou não representam todos os membros de um grupo, mas ainda assim são amplamente difundidos. Um exemplo desses estereótipos é a ideia de que todo homem negro é violento.

Preconceitos são julgamentos ou atitudes negativas em relação a um grupo de pessoas, baseados em estereótipos. Ou seja, os preconceitos nascem quando as pessoas formam opiniões negativas sobre outras antes de conhecê-las de fato, muitas vezes apenas por causa da cor da pele, etnia ou origem.

Discriminação é o ato de tratar uma pessoa ou um grupo de forma desigual ou injusta com base em características específicas, como raça, gênero, idade, orientação sexual, religião, entre outras.

Estereótipos, preconceitos e discriminação são peças-chave para entender os vieses do inconsciente e sua relação com o racismo visto que as interações desses conceitos influenciam diretamente a forma como muitas pessoas são tratadas.

Vieses inconscientes são preconceitos que influenciam nossas decisões e atitudes sem que tenhamos consciência disso. Eles surgem de experiências que vivemos e das influências da sociedade, como estereótipos sobre raça, gênero, classe, idade e orientação sexual. Esses preconceitos se tornam automáticos, ou seja, começamos a agir e julgar de maneira repetitiva com base nessas associações, sem parar para pensar sobre elas. Isso acontece porque, ao fazer julgamentos, nosso cérebro usa atalhos, ou seja, rapidamente recorre à memória e aos aprendizados adquiridos ao longo da vida, sem perceber que essas crenças afetam nosso comportamento. É como se essas ideias estivessem “naturalmente” presentes em nossa mente, moldando nossas ações de forma inconsciente. O segurança de um shopping pode, por exemplo, definir que uma pessoa negra é mais suspeita em comparação a uma pessoa branca, mesmo que sem querer, apenas porque foi socializado a associar certos grupos raciais a comportamentos criminosos, devido à exposição a estereótipos na mídia ou na cultura.

Como já discutimos anteriormente, o racismo é estrutural, logo, os vieses do inconsciente se configuram como uma ferramenta potente para manutenção das desigualdades raciais e sociais.

#### ✓ Racismo Institucional

O Racismo Institucional é a forma de racismo que acontece dentro das estruturas e instituições da sociedade, como governos, escolas, empresas, hospitais e outras organizações públicas ou privadas. Ele aparece nas políticas, práticas e regras dessas instituições, que podem, de forma intencional ou não, prejudicar pessoas de grupos raciais marginalizados, especialmente negros e indígenas. Em muitas situações, o Racismo Institucional vai operar diretamente com os vieses dos inconscientes por meio do profissional que estiver representando determinada instituição. Por exemplo: na área da saúde, pode haver uma falta de representação de médicos ou profissionais negros, ou práticas discriminatórias no atendimento. Além disso, pessoas negras podem ter menos acesso a tratamentos de saúde de qualidade devido à negligência ou preconceitos sistemáticos dentro do sistema de saúde.

#### ✓ Racismo Ambiental

Uma outra face de manifestação do Racismo é a **Ambiental**, a forma como comunidades marginalizadas, como negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas acabam por ser as mais afetadas por problemas ambientais, como poluição, falta de saneamento e degradação dos recursos naturais. Essas populações enfrentam mais riscos devido às desigualdades sociais e raciais.

Nas cidades, as populações negras e de baixa renda vivem em áreas poluídas e próximas a lixões e fábricas, com infraestrutura precária. No campo, indígenas e quilombolas sofrem com a contaminação de rios e solos por agrotóxicos e mineração. Enchentes, deslizamentos e desmatamento afetam principalmente essas comunidades, mostrando a conexão entre questões ambientais e discriminação racial. Portanto, o racismo ambiental é a injustiça que atinge mais fortemente grupos mais vulneráveis, evidenciando como as questões raciais e ambientais estão interligadas.

## Letramento Racial

Azoilda Loretto da Trindade<sup>24</sup>, Doutora, educadora popular e ativista antirracista, aponta que as diferenças culturais e sociais não devem ser vistas como obstáculos, mas como elementos que enriquecem a formação de uma sociedade mais equitativa. Para a pensadora, a educação não pode ser neutra em relação às questões raciais. Pelo contrário, deve ser um instrumento de transformação social, que promova a valorização de identidades é importante se deixar “afetar” pelo outro, reconhecendo e afirmando sua humanidade.

Nesse sentido, o **Antirracismo** é uma postura ativa de oposição ao racismo, e está para além de simplesmente não praticar atos racistas. Enquanto o “não racismo” implica não discriminar ou prejudicar pessoas com base em sua raça, o antirracismo exige uma ação consciente e contínua. Para combater as estruturas políticas, práticas e ideias que perpetuam a desigualdade racial é preciso reconhecer que a luta contra essa realidade é de toda sociedade, pois o racismo não é uma questão que afeta apenas indivíduos ou grupos específicos, mas um problema estrutural e sistêmico que impacta negativamente o Brasil. Ele está enraizado nas instituições, na cultura e nas relações sociais, perpetuando desigualdades que prejudicam a todos, direta ou indiretamente. Por isso, combater o racismo não é uma responsabilidade exclusiva das pessoas que sofrem suas consequências diárias, mas um compromisso coletivo que deve envolver pessoas de todas as origens e contextos sociais. Somente com engajamento coletivo será possível desconstruir as bases do racismo e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

O letramento racial é um passo importante para a construção de uma sociedade mais equitativa e consciente, ajudando a combater as desigualdades raciais de forma mais eficaz. Ele vai além de entender o que é o racismo, mas abrange o reconhecimento das injustiças sociais causadas pela discriminação racial e o compromisso de promover a igualdade.

24. TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contri-buição afro-brasileira. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; BRANDÃO, Ana Paula (org.). Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. (Coleção A Cor da Cultura, v. 5.).

# Sugestões de práticas Antirracistas

## 1. Enxergar o racismo como um problema atual, e não apenas um fato do passado

Estudar a história dos grupos raciais que compõem o Brasil é importante para entender que a realidade que vivemos hoje é resultado de décadas de políticas discriminatórias. O racismo é um problema presente.

## 2. Reconhecer os privilégios

É importante entender que o racismo estrutural cria desigualdades reais, fazendo com que brancos e negros vivam de maneira diferente em vários aspectos da vida, como acesso a oportunidades, direitos e recursos.

## 3. Saber identificar e compreender as práticas racistas e as desiguais nas relações raciais

É importante ser capaz de reconhecer quando atitudes ou situações são influenciadas por racismo. Por exemplo, um aluno negro pode ser rapidamente chamado atenção ou repreendido por estar conversando na sala, enquanto um aluno branco fazendo a mesma coisa não recebe a mesma abordagem.

## 4. Usar seus privilégios para ajudar a promover a mudança

- ✓ se você tem muitos amigos brancos, inclua nas suas conversas pautas e questões raciais.
- ✓ Se ocupa um cargo de liderança no trabalho, use sua posição para contratar pessoas negras, indígenas e de outros grupos raciais que não sejam apenas brancos.
- ✓ Se é professor e percebe atitudes ou comentários racistas entre os alunos, não ignore.

# Protagonismo Infanto Juvenil Antirracista: promovendo a participação ativa e efetiva de crianças, adolescentes e jovens

No Brasil, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, ou seja, assim como os adultos, têm direitos e garantias fundamentais asseguradas por lei. Parece algo óbvio e natural, mas essa equiparação só ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece essa população como prioridade absoluta do país, tendo em vista que são pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, dignas de receber proteção integral.

Veja o que diz o artigo 227<sup>25</sup> da CF:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em âmbito internacional, temos a Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1989, da qual o Brasil foi um dos primeiros signatários. A Convenção confere às crianças (pessoas menores de 18 anos) em todo o mundo, pela primeira vez, todos os direitos até então reservados aos adultos.

A partir dessa proteção, meninos e meninas passam a poder exercer atos de cidadania e participação política. O Estatuto da Criança e do Adolescente reforça a doutrina da proteção integral e a garantia dessa população como sujeitos de direitos, vejam abaixo o que diz o Estatuto<sup>26</sup>:

25. BRASIL. Constituição Brasileira. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

26. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

II - opinião e expressão;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei.

Seguindo o histórico legal do direito a participação, o Marco Legal da Primeira Infância<sup>27</sup> traz uma inovação, pois não apenas garante esse direito, mas recomenda a participação de crianças na formulação de políticas públicas que lhes dizem respeito:

Art. 4º – As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

II – Incluir a participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito terá o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.

Fica evidenciada na legislação a garantia da participação e protagonismo infanto-juvenil, o exercício da cidadania que permite o pensar, o falar, o participar, o integrar, o opinar sobre seus direitos, em todos os âmbitos: familiar, institucional e político.

No entanto, para que essa participação seja plena, é necessário refletir sobre as fases da infância. Por exemplo, a escuta de uma criança na primeira infância não pode ser realizada do mesmo modo que a de um adolescente. Com as crianças pequenas, essa participação deve ocorrer de forma mais lúdica e progressiva. Já na adolescência, o direito a voz e a capacidade crítica desses indivíduos permite uma participação mais ativa.

27. BRASIL . Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)

## Como garantir a participação das crianças pequenas?

A primeira infância, período que vai do nascimento até os 6 anos de idade, é uma fase crucial para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. É nessa fase que os indivíduos aprendem a falar, a andar, a desenvolver suas habilidades socioemocionais, a se relacionar e, por consequência, também aprendem a manifestar seus desejos.

Por muito tempo, pairou no imaginário coletivo que as crianças pequenas não tinham a capacidade de participação, porque no mundo adulto a comunicação e a opinião estariam limitadas à fala e à escrita. Tudo isso graças ao adultocentrismo, que, de acordo com Emanuel Bernardo Tenório Cavalcante<sup>28</sup>, “é um conceito surgido na sociologia da infância, que se baseia na ideia de que a sociedade, em suas diversas dimensões, organiza-se a partir da figura do adulto”.

Diante disso tudo, devemos estimular a participação das crianças pequenas nos seus espaços de vivência, em relação as suas atividades e aquilo que lhes atravessa, respeitando suas singularidades, diferenças e diversidades.

Mas, para isso, é importante que pais, familiares, cuidadores, educadores e demais profissionais estejam prontos para esse desafio, pois a participação vem pela escuta e observação. A antropóloga, mestre em educação e pedagoga Adriana Friedmann<sup>29</sup> ensina que as crianças têm linguagens e culturas próprias, por isso os adultos devem mudar seu ponto de vista ético e metodológico e também se colocar como aprendizes para realizar uma escuta (e observação) dentro das suas formas de expressão, que, muitas vezes, não acontecerá pelo verbal, mas por gestos, movimentos, comportamentos, brincadeiras, desenhos, artes e tantas outras possibilidades.

As crianças se expressam e dizem a todo momento seus desejos, angústias, expectativas, percepções, alegrias e medos. Os adultos que precisam escutar, observar, compreender, respeitar e considerar.

## A escuta de crianças na Educação Infantil e a importância para o combate ao racismo

Segundo o Censo Escolar de 2023, o Brasil possui quase 9,5 milhões de crianças matriculadas na educação infantil, creche e pré-escola. Essa população precisa ser ouvida e considerada na perspectiva de sujeitos de direitos, principalmente na escola, que é uma agente importante de garantia de conhecimento e experiências também nessa fase da vida.

Para essa escuta, não há uma única metodologia, assim como também não haverá um único resultado para essa experiência, até porque estamos falando de pessoas, culturas, famílias diferentes - de etnias, raças, origens, vivências e oportunidades diversas. Vejam, crianças negras e indígenas devem ser estimuladas a partir da valorização de suas culturas, tradições e histórias. O pedagogo e doutor em Educação, Paulo Fochi, diz que escutar nos coloca diante

28. CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15814/8561>

29. Vídeo Tempo de escutar crianças. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZeRL600wWxM>

do inesperado, e explica que “um bom ouvinte é aquele que suporta reconhecer que aquilo que ele imaginava, foi confrontado com aquilo que agora ele passou a perceber, nesse exercício de olhar o outro a partir do mundo do outro.”<sup>30</sup> Ou seja, para uma participação plena, as crianças precisam ser observadas a partir das suas vivências, mas também ser estimuladas respeitando suas características.

Ao educador, é importante estar atento se as crianças negras estão sendo inseridas nas atividades com as crianças brancas. É muito mais comum do que se imagina a exclusão de crianças negras das brincadeiras nas atividades que, principalmente, não são dirigidas por um adulto. Incluir na brincadeira é oportunizar a participação. Valorizar os desenhos, incentivar as falas e acolher, de forma equitativa, é necessário.

Fazer diferente disso é perpetuar o racismo estrutural que domina a organização da sociedade brasileira. E já sabemos por estudos que essa prática violenta é extremamente tóxica para as crianças na primeira infância e que pode gerar impactos negativos ao longo de toda uma vida.

Devemos sair do entendimento de que a criança é apenas uma reprodutora do racismo, um ser sem preconceitos enraizados, isso gera um “conforto” da não necessidade de abordar essa temática no processo educacional. É sabido que elas começam a compreender as diferenças étnico-raciais ainda muito cedo, por isso a necessidade de oferecer uma proposta de estímulo que respeite e considere as diferenças e reflitam na interação saudável das crianças. Caso contrário, crianças serão invisibilizadas e, pior ainda, sofrem micro violências que podem ser evitadas.

Imagina que, quando as crianças estão aprendendo sobre as cores na escola, ainda nos deparamos com a ideia de que existe um único lápis “cor de pele”, o lápis de cor salmão, que representa a pele branca. O impacto disso é gravíssimo na construção da identidade racial das crianças negras.

A pesquisa “Desigualdades raciais e primeira infância”<sup>31</sup> do AfroCebrap – Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial, apresenta muitas referências de estudos e dados que demonstram práticas educacionais que fazem meninas negras acreditarem que seus corpos e cabelos são inadequados. Fica evidente que a prática da escuta (e observação) das crianças é uma ferramenta importante de combate ao racismo.

## E como fazer?

A prática da participação na educação infantil passa pelo lúdico, pela criatividade, mas também pelo simples, o brincar e pela liberdade de se expressar de muitas formas. Os bebês se manifestam pelo choro, pelas birras, mas também pelas risadas e até mesmo pelo silêncio. As crianças na pré-escola já podem se

30. Vídeo Paulo Fochi - A escuta da criança e as contribuições para nosso aprendizado sobre a infância. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RmE9bZdZjYI&t=1756s>

31. AFRO (Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial). Desigualdades raciais e primeira infância. Disponível em [https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/desigualdades\\_PrimeiraInfancia\\_Final2.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/desigualdades_PrimeiraInfancia_Final2.pdf)

manifestar pelas brincadeiras, desenhos, pelo cantar, pela dança, pelo falar, e pelo ócio.

Os educadores, a comunidade escolar e os gestores precisam ofertar todas essas possibilidades de estímulo às expressões e, em seguida, a capacidade de escuta, de modo que as crianças possam desbravar o mundo e criar suas experiências dentro da diversidade.

As propostas pedagógicas devem respeitar as diferenças étnico-raciais, não podem estar baseadas na norma da branquitude. Os educadores devem ter atenção para as práticas antirracistas, valorizar as culturas, as tradições, as características físicas de cada grupo.

Todo esse trabalho é desafiador. É necessário que o ambiente da educação infantil tenha infraestrutura adequada, que os profissionais sejam capacitados e formados para que haja o reconhecimento da criança como ser que deseja e deve ser ouvida e considerada, assim como todos os indivíduos desejam.

### **Pensando a participação efetiva de adolescentes e jovens**

Muito se discute sobre Protagonismo Juvenil na região da América Latina. O conceito, nascente nos anos 90, encontra raízes profundas latino-americanas. O protagonismo de adolescentes e jovens aponta para a realidade de que meninos e meninas podem e devem participar ativamente com opiniões e decisões da vida social e política dos espaços pelos quais circulam e vivem. Assim como chama a atenção dos adultos para que reconheçam e fomentem a participação dos adolescentes e jovens, promovendo ambiente fecundos para isso.

O Brasil possui mecanismos efetivos de participação de adolescentes e jovens, como os comitês e conselhos de juventudes, os grêmios estudantis e os movimentos plurais de juventudes, que este documento não daria conta de citar um por um. É importante entender que movimentos formais e informais de juventudes existem no seu território. O Governo Federal, por meio do Ministério de Igualdade Racial, por exemplo, conta com o Programa Juventude Negra Viva, que fomenta o protagonismo de jovens negros, assim como o enfrentamento ao projeto genocida alimentado pela necropolítica praticada pelo silenciamento do fato de que corpos negros desde a infância são desumanizados

### **Como considerar a participação efetiva de adolescentes e jovens negros nos mecanismos de participação?**

Quando falamos sobre o protagonismo juvenil, é importante olhar para a equidade racial dentro dos próprios movimentos de juventude, assim como para os movimentos de infâncias e adolescências. É preciso ter um olhar crítico para esses movimentos a partir da perspectiva racial: quantos adolescentes e jovens negros há ali? Esses adolescentes e jovens têm participação efetiva? Eles conseguem participar ativamente? Como funcionam as suas participações? A equidade está sendo posta em prática neste espaço?

Vale salientar que, ainda que socialmente adolescentes e jovens brancos e negros estejam vivendo no mesmo território e com situações de renda parecidas, a cor

da pele será essencial para a definição de abordagem dos diferentes serviços a que eles acessam e, até mesmo, para definir quem vive e quem morre nos territórios. Não há exagero aqui, querido leitor. Por isso, não é possível fazer um PSE sem considerar o recorte racial, sem olhar com mais afinco para as diferenças raciais. Meninos e meninas negros sofrem impactos físicos e psicológicos pelas diferentes manifestações do racismo.

### **Pensando e atuando a partir das especificidades etárias e raciais**

Não é possível desprezar temas que são importantes e permeiam o universo dos adolescentes e jovens, como: saúde sexual e reprodutiva; educação sexual; mercado de trabalho; saúde mental; uso e abuso de álcool e outras drogas; vício em jogos; uso de medicamentos sem orientação médica; além de temas que os jovens julguem pertinentes a partir de suas realidades (no caderno sobre saúde mental, você encontrará muitos insumos para trabalhar a temática na unidade escolar).

Em 2016, o Ministério da Saúde, a partir de relatos de funcionários e usuários do SUS, desenvolveu a campanha “Racismo faz mal à saúde, não fique em silêncio. Denuncie!” foi uma iniciativa para combater o racismo institucional. A campanha tinha como objetivo conscientizar a população sobre a discriminação racial na saúde, abordando práticas e ações capazes de revelar tanto a presença da população negra nas unidades de saúde e a frequência de determinados adoecimentos — a partir do preenchimento do quesito raça/cor — quanto a necessidade de medidas específicas de inclusão. Entre essas medidas, destacavam-se a utilização de bonecas negras no acompanhamento pré-natal, permitindo que gestantes negras se vissem representadas no processo, e a ampliação de testagens com maior prevalência entre pessoas negras, como a Anemia Falciforme, cuja inclusão no teste do pezinho foi sugerida. Ou seja, as ações foram sendo criadas a partir de demandas e realidades vivenciadas por corpos negros.

É importante entender que os jovens negros, por exemplo, possuem maiores desafios no mercado de trabalho devido ao racismo estrutural e institucional, portanto, seus medos e faltas de perspectivas são maiores. Apoiar os jovens negros para encontrem caminhos concretos na carreira acadêmica, por exemplo, é crucial em suas vidas. A ausência de sonhos acadêmicos na maioria das vezes está ligada ao desconhecimento: almejamos o que conhecemos!

Você pode estar se perguntando o que isso tem a ver com o PSE. Em muitas situações, a incerteza sobre o futuro impacta na saúde mental desses meninos e meninas. Nas atividades sobre “projeto de vida”, precisa-se levar em conta a condição racial dos participantes e ali construir com eles um itinerário que

32. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um programa do Governo Federal brasileiro para democratizar o acesso às instituições públicas de ensino superior no país. Por meio do SISU, os estudantes que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) têm a oportunidade de disputar vagas em universidades públicas e institutos federais. Disponível em <https://sisualuno.mec.gov.br/#/login>

os ajude a vislumbrar novas possibilidades, de olho nas políticas de ações afirmativas, como as cotas nas universidades públicas ou o SISU<sup>32</sup>.

Realizar encontros metodológicos de escutas com os adolescentes e jovens é o primeiro passo para promover o protagonismo juvenil. Todavia, essa escuta precisa se relacionar ao território, com os anseios específicos da faixa etária e da vida desses meninos e meninas. Em 2019, o Banco Mundial lançou um caderno chamado “Projetando Futuros: da informação à ação”<sup>33</sup>, em que as barreiras de gênero e raça que dificultam a inserção de jovens no mercado de trabalho e à universidade foram abordadas. Esse material conta com atividades metodológicas concretas que ajudam os educadores na realização de atividades com adolescentes e jovens do Ensino Médio.

Atividades como as que foram supracitadas contribuem, diretamente, para a redução da evasão escolar de adolescentes e jovens negros. Retirar adolescentes e jovens negros da invisibilidade escolar os faz entender que são importantes naquele contexto e isso tem a ver com protagonismo. Todo esforço feito até aqui é para dizer que a participação de adolescentes e jovens precisa estar conectada às suas necessidades e aspirações, assim como com a prática da equidade racial. Isso é inegociável.

33. PROMUNDO. Caderno Projetando Futuros. Disponível em <https://www.promundo.org.br/caderno-projetando-futuros>

# Como desenvolver um PSE antirracista na prática?

Até aqui você deve estar se perguntando: como se forma um educador antirracista? Quais são as bases para um trabalho antirracista eficaz? Como transformar o antirracismo em prática no PSE? Não temos uma receita de bolo para estas respostas, mas pistas preciosas e precisas que lhe ajudarão nas atividades cotidianas com crianças, adolescentes, jovens e adultos no ambiente educacional.

## O que se espera de uma/um educadora(o) antirracista?

O Brasil, segundo pesquisa<sup>34</sup> realizada em 2000 pelo Instituto de Referência Negra Peregum e pelo Projeto SETA (Sistema Educacional Transformador Antirracista) com coordenação do IPEC, é um país onde a grande maioria da população (81%) o considera como um território racista, ao mesmo tempo que 85% dos cidadãos discordam totalmente ou parcialmente que pratica algumas atitudes consideradas racistas. A grande artista interdisciplinar, escritora e psicóloga portuguesa Grada Kilomba disse, em entrevista à Carta Capital no ano de 2016<sup>35</sup>, que “racismo tem a ver com poder, com privilégios (...) racismo é uma problemática branca, portanto temos que começar pela desmistificação”. Ou seja, é mais do que urgente a autocrítica de pessoas brancas por meio de pensamentos e ações sobre os privilégios da branquitude dentro da luta antirracista. Assim como é importante que educadoras/es negras/os tenha o cuidado de não reproduzir práticas racistas anteriormente vivenciadas.

Nessa caminhada de atuação antirracista, alguns pontos prioritários precisam ser trabalhados pelos educadores:

34. PROJETO SETA. Pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil. Disponível em <https://percepcaoso-breracismo.org.br/>

35. CARTA CAPITAL. Artigo O racismo é uma problemática branca, diz Grada Kilomba. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematICA-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba/>

## 1. A necessidade de um olhar racializado pelo branco e reconhecimento de privilégios

Ainda que o conceito de raça seja uma construção social - e não biológica - criada pelos europeus por volta do século XVI a XVII para justificar a exploração e a hierarquização de povos, pessoas que são brancas não costumam parar para pensar sobre o que é pertencer a esse contexto social, porque a discussão sobre raça é sempre voltada para a negritude. Pessoas brancas não se percebem enquanto raça branca, enxergam-se enquanto pessoas: pois o sujeito branco é entendido como “o sujeito universal”. Você já parou para pensar sobre como isso molda a forma que você se vê e vê aos outros?

A necessidade de um olhar racializado pela branquitude é um ponto de partida para entender os círculos de poder que estruturam nossa sociedade. Quando as pessoas brancas não o fazem e se colocam em lugar de neutralidade, estão garantindo a continuidade de uma opressão racial sustentada por um sistema de privilégios. Entender a branquitude significa entender que a brancura - termo utilizado por Guerreiro Ramos, sociólogo negro considerado percussor de estudos sobre a branquitude no Brasil, em seu ensaio “Patologia social do branco brasileiro”<sup>36</sup> - é uma construção social que foi pensada e construída para justificar o controle de um grupo sobre outros. Esse processo está na raiz da construção de nosso país e de tantos outros de base nas práticas coloniais e escravocratas.

É importante lembrar que os privilégios da branquitude, que perduram até os dias de hoje, são sustentados por uma estrutura histórica, como nos diz Cida Bento, em seu livro *O Pacto da Branquitude*<sup>37</sup>: “[...]fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”. Dentro da Educação, um exemplo que podemos dar é a diferença gritante entre pessoas consideradas analfabetas brancas e negras: de acordo com o censo 2022, a taxa de analfabetismo entre pessoas pretas e pardas é de 10,1%, enquanto entre pessoas brancas é de 4,3%<sup>38</sup>. A quantidade duas vezes maior de pessoas brancas consideradas alfabetizadas não se dá por mérito como muitos consideram, e sim porque, durante muitos anos, os negros foram proibidos de ir às escolas, enquanto os brancos tinham os melhores acessos aos processos educativos, como nos mostra a primeira Lei de Educação em janeiro de 1837: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”<sup>39</sup>.

36. RAMOS, Alberto Guerreiro. *Patologia social do branco brasileiro*. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica a sociologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

37. BENTO, Cida. *O Pacto da Branquitude*. Companhia das Letras, 2022.

38. AGÊNCIA IBGE. *Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem*. Disponível em: <https://share.google/2PubLk6BePysNyf0D>

39. REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Lei n. 1, de 1837, e o Decreto n° 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/download/29135/pdf/0>

Esse ainda é um problema atual, refletido nos dados da Pnad<sup>40</sup> (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 2023, que indicam que 9 milhões de jovens brasileiros de 14 a 29 anos não completaram o ensino médio. Destes, quando se considera a raça, 27,4% eram brancos, enquanto 71,6% eram negros ou pardos. Dentre esses jovens, a maioria, 41,7%, abandonou a escola devido à necessidade de trabalhar. Esses dados nos evidenciam como a falta de acesso e a desigualdade educacional, resultantes de uma herança histórica, ainda impactam as escolhas e oportunidades da juventude brasileira de formas diferentes.

Ter um maior número de pessoas brancas consideradas alfabetizadas não é um dado que morre em si mesmo, mas reflete um acúmulo de riqueza, acesso a oportunidades que geram, em última instância, maior desigualdade social. Isso se traduz em mais vantagens para a população branca no acesso a melhores empregos, cuidados com a saúde mental, tempo de lazer e autocuidado, por exemplo. Como nos mostra a pesquisa realizada pelo IBGE em 2023<sup>41</sup>, negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores. Esses privilégios são consequências de um sistema de racismo construído historicamente no Brasil, que consolidou a manutenção do poder para as elites brancas enquanto marginaliza a população negra.

## 2. O papel do educador branco na luta antirracista

Se, como dito acima, o branco é o problema, o educador branco pode e deve ser parte importante da solução. O antirracismo é uma chamada originada por Angela Davis<sup>42</sup> e, no Brasil, trazida de uma forma contundente por Djamila Ribeiro<sup>43</sup>. Não basta simplesmente afirmar: “eu não sou racista”; é necessário tomar atitudes concretas contra o racismo. Ele desafia as pessoas brancas a saírem da zona de conforto e se enxergarem como “problema”.

A Educação é uma das poderosas pontes de acesso aos sonhos, à autoestima, ao olhar para o mundo. Entretanto, o racismo estrutural, também no sistema educacional, afeta de maneira desigual o fortalecimento dos desejos e almejos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, sendo a população branca a que tem maiores acesso às oportunidades. Como nos provoca Djamila Ribeiro no livro “Pequeno Manual Antirracista”<sup>44</sup>, “esse debate não é sobre capacidade, é sobre oportunidades - e essa é a distinção que os defensores da meritocracia parecem não fazer”.

40. AGÊNCIA IBGE. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://share.google/8aEIOkxBko3pYR3DV>

41. NAKAMURA, João. Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponta IBGE. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/>

42. Angela Davis é uma filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense. Desde a década de 1960, Davis luta pelos direitos da população negra e das mulheres nos Estados Unidos. Já escreveu livros como *Mulheres, Raça e Classe*; *A Liberdade é uma Luta Constante*.

43. Djamila Ribeiro é Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. É professora, escritora e ativista brasileira. Figura de referência na luta contra o racismo, aborda temas importantes, como o racismo estrutural e o lugar de fala.

44. RIBEIRO Djamila. *Pequeno manual antirracista*. Disponível em [https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO\\_SOCIOLOGIA\\_2%C2%BAANO\\_PEQUENO\\_MANUAL\\_ANTIRRACISTA\\_RIBEIRO\\_DJAMILA-v\\_5f-0659881d9e4.pdf](https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f-0659881d9e4.pdf)

Os caminhos do educar nos mostram formas de traçar novos personagens ou os mesmos? Novas maneiras ou as mesmas? Romper ou manter as estruturas que fazem do consciente coletivo uma prática estruturalmente racista? Com um entendimento e vontade de movimentar-se de forma antirracista são várias as questões que precisamos refletir para não mais silenciar perante as situações cotidianamente presenciadas. Devemos estabelecer práticas antirracistas educacionais de forma diária com um enfrentamento ao racismo estrutural, ao invés de apenas em momentos pontuais de generalização da arte e cultura negra.

Práticas antirracistas de um educador branco podem contar desde a inclusão e revisão de materiais didáticos, garantindo que haja representatividade de pessoas não brancas em lugares não estereotipados, até promover projetos e discussões abertas sobre o racismo estrutural, incentivando que os alunos também brancos pensem sobre privilégios e preconceitos. Além disso, é inevitável que o educador se comprometa a criar um ambiente de sala de aula seguro e acolhedor para todas as identidades raciais, posicionando-se quando houver atitudes racistas, seja de alunos, seja de outros membros da comunidade escolar.

Ao adotar essas práticas, os educadores devem estar preparados para lidar com os seus preconceitos e vieses, assim como suas limitações. Pensar e organizar juntamente com os alunos é entender que a narrativa tantas vezes contada e repetida é a do colonizador, visão incorporada assim também em toda perspectiva educacional através de livros, histórias, filmes, poesias... Abordar os privilégios da branquitude, questionar o lugar de poder de sempre das pessoas brancas, as ausências de pessoas negras em alguns espaços e racializar o povo branco são condutas que nos ajudam a mexer com alguns pré-requisitos esperados numa sociedade racista e a movimentar a estrutura. Além disso, é preciso ser um agente de transformações não só de forma individual, mas na comunidade escolar, de forma externa e interna, entendendo qual é o lugar do educar branco na luta antirracista e fazendo de todos os espaços educacionais ambientes vivos, dinâmicos e formadores.

Apoiar e fortalecer políticas educacionais afirmativas é também um importante fazer pois, ainda que a discrepância entre as raças branca e não-brancas seja grande, são passos como esse que mostraram nos últimos tempos um importante viés transformador. Segundo os dados do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra)<sup>45</sup>, que teve como referência o Censo da Educação Superior, elaborado e divulgado anualmente pelo Inep afirma que em 2010, a parcela de estudantes negros no ensino superior era de 10,7%, enquanto a de brancos era de 19,8%. Em 2019, o número de estudantes negros no ensino superior subiu para 38,2%, mas ainda era menor que os 42,5% de estudantes brancos.

A prática antirracista envolve a desconstrução de estereótipos, o combate ao racismo estrutural e a promoção de uma educação que ponha em questão uma só história contada, pois, como nos avisa Chimamanda Ngozi Adichie, em seu livro *O Perigo de uma História Única*<sup>46</sup>: “É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”.

45. CEDRA. Disponível em <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/>

### 3. Práticas e projetos antirracistas ao redor do Brasil

Infelizmente, poucas ainda são as iniciativas de projetos antirracistas conduzidos por educadores brancos, pois muitos acreditam que tratar desse tema é algo para os negros. No entanto, como já dito, essa luta é também daqueles que pertencem a raça opressora, quando se deseja reconstruir essa perspectiva. Educadores gozam do privilégio de contribuir para a formação de mentes, influenciando as próximas gerações por meio de nossas ações. É dessa forma que ao redor do Brasil projetos antirracistas, sejam eles conduzidos por educadores brancos ou negros, fazem-se presentes.

Promover uma contação de histórias com o livro *Óculos de Cor: Ver e Não Enxergar* de Lília Schwarcz<sup>47</sup> é um caminho lúdico, ao mesmo tempo que direto, para estabelecer um diálogo sobre os privilégios da branquitude e o racismo estrutural com crianças, adolescentes e jovens. Por meio da narrativa acessível da autora, o livro conta a história de Alvo, um garoto branco morador de bairro rico, e Ebony, uma menina negra que reside em um bairro mais afastado e pobre da cidade que se encontram. A partir desse encontro, ficam nítidos os privilégios que Alvo tem e o quanto o racismo atravessa todas as questões no dia a dia das pessoas. Alguns espaços educativos já utilizam esse livro para promover debates e os resultados têm sido transformadores não só nos alunos, mas em toda comunidade escolar<sup>48</sup>. Em São Paulo, Heloísa Sacramento, uma aluna que participou de um dos projetos, dá o seguinte relato: “Na minha opinião, o livro é bem forte em relação ao racismo estrutural. A branquitude não é um assunto fácil, o racismo, então, nem se fala. E fico triste de saber que, no passado, negros eram escravizados e as consequências disso fazem parte da nossa realidade até os dias de hoje.”<sup>49</sup> A história pode ser utilizada como uma poderosa forma para fomentar o pensamento crítico e o entendimento de que, ao serem reconhecidos e desconstruídos os privilégios, pode-se contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual.

Na Escola Estadual de Educação Profissional Jaime Alencar de Oliveira, no Ceará, o projeto *Mojúbà!*<sup>50</sup> tem se destacado como uma iniciativa de conscientização antirracista. Além de exposições de filmes e debates sobre racismo e suas consequências, o projeto promove a criação de cartões educativos com a frase “Termos racistas: conheça e retire de seu vocabulário”, incentivando os alunos e

46. ADICHIE, Ngozi. O perigo de uma história única. Disponível em [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras\\_digitalizadas/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_-\\_2019\\_-\\_o\\_perigo\\_de\\_uma\\_historia\\_unica.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf)

47. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Óculos de cor: ver e não enxergar*. Disponível em [https://ler.amazon.com.br/kp/embed?preview=inline&linkCode=kpd&ref\\_=k4w\\_oembed\\_DiYlrWPuBVekMr&asin=B0BF7LLQYX&from=Bookcard&tag=obrmede-20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&reshareId=VPM7HZPSRIJ-YAT80QDPK&reshareChannel=system](https://ler.amazon.com.br/kp/embed?preview=inline&linkCode=kpd&ref_=k4w_oembed_DiYlrWPuBVekMr&asin=B0BF7LLQYX&from=Bookcard&tag=obrmede-20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&reshareId=VPM7HZPSRIJ-YAT80QDPK&reshareChannel=system)

48. Entende-se por comunidade escolar todos que participam de alguma maneira do processo educativo desenvolvido dentro de uma escola. Exemplo: pais, mães, alunos, porteiros, merendeiras, gestores.

49. TANAKA, Paula e FIUZA, Maria Eneida. Artigo Relato de prática: como o livro *Óculos de cor* fez o 5º ano pensar e agir sobre as relações étnico-raciais. Disponível em <https://site.veracruz.edu.br/zumzum/capitulos/relato-de-pratica-como-o-livro-oculos-de-cor-fez-o-5o-ano-pensar-e-agir-sobre-as-relacoes-etnico-raciais/>

alunas a refletirem sobre expressões racistas, como “amanhã é dia de branco” ou “inveja branca”, que associam o branco às qualidades positivas, enquanto, “lista negra” associando a negatividade. Essa vivência busca, além de tornar consciente o impacto dessas expressões no processo de construção da sociedade, eliminar esses termos da linguística. Uma boa prática é criar materiais didáticos, de forma coletiva, como palavras cruzadas para elogiar história e cultura negra, murais com origens culturais e artísticas afro centradas, glossário de termos racistas, até escolha de literatura nas bibliotecas com mais produção de escritoras/es negras e com representatividade de crianças negras. Entretanto, é crucial que essas ações devem ser desenvolvidas ao longo do ano e não somente no Dia da Consciência Negra - 20 de novembro.

Por meio dessa ação, a escola fortalece o compromisso com a educação antirracista. Vale ressaltar que a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) tem como objetivo desenvolver e aplicar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino. No contexto nacional, o Nordeste lidera as inscrições, com 84,4% dos municípios participantes, segundo pesquisa da SECADI em 2024<sup>51</sup>. Outra ideia é a exibição do filme “Vista Minha Pele”<sup>52</sup>, de Joel Zito Araújo, que inverte a história de opressão: nele, os negros são a classe dominante, enquanto os brancos são os oprimidos, oferecendo um pano de fundo que pode ser usado para debates e reflexões sobre as questões raciais em espaços educacionais. O filme está disponível na internet de forma gratuita.

A luta antirracista envolve a conscientização e ação de todos, incluindo principalmente os educadores brancos, que têm também seus lugares de grande responsabilidade na transformação social. Cada prática, como a autocrítica sobre os privilégios da branquitude até a implementação de projetos educativos antirracistas, fortalece a criação de uma ponte na construção de mudanças sociais. Não há precisão de grandes recursos, mas sim de comprometimento e disposição com o processo. Você, como educador branco, tem refletido sobre seus privilégios e ações para promover a educação antirracista? Vamos?

50. FALCONERY, Lucas. Artigo Conheça projeto antirracista em escola pública do CE que usa jogos e eventos para educar alunos. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/conheca-projeto-antirracista-em-escola-publica-do-ce-que-usa-jogos-e-eventos-para-educar-alunos-1.3445794>

51. AGENCIA GOV. Artigo Mais de 73% dos municípios já aderiram ao projeto de educação antirracista do MEC. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/pneer-q-mais-de-73-das-redes-ja-aderiram-a-politica#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20Nordeste%20lidera%20o,no%20ambiente%20escolar%20e%20universit%C3%A1rio>

52. Curta metragem desenvolvido em 2003 pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Link de obra completa gratuita: <https://www.youtube.com/watch?v=LWBodKwuHCM&t=2s>

## Histórias para as infâncias como ferramenta de Letramento Racial

Histórias são ferramentas poderosas de comunicação e aprendizado, que atravessam culturas e gerações. É uma prática essencial que enriquece nossas vidas, promove a compreensão mútua e contribui para o desenvolvimento de habilidades fundamentais seja na infância ou na vida adulta, uma vez que as histórias têm um papel crucial na formação do ser humano.

As histórias voltadas para o público infantil podem, de fato, servir como um recurso valioso para o letramento racial. No entanto, é importante ressaltar que essa abordagem, por si só, não atende a todas as demandas relacionadas ao racismo. Frequentemente, livros e narrativas são utilizados como instrumentos para mediar situações de discriminação racial nas escolas. Por exemplo, quando comentários negativos sobre o cabelo de uma criança negra surgem, busca-se uma história que ajude a lidar com a situação. Da mesma forma, se as crianças expressam que não desejam brincar com um colega por ele ser de pele negra, recorre-se a uma narrativa para resolver o problema.

Embora as histórias, seja por meio de livros ilustrados ou seja por intermédio da tradição oral, tornem-se ferramentas eficazes, o ideal é que sejam apresentadas antes que qualquer prática racista ocorra. Nessa senda, é fundamental adotar uma abordagem proativa e antirracista, promovendo o diálogo e a reflexão antes que situações de preconceito se manifestem. Essa compreensão é essencial pois, ao adotá-la, torna-se evidente que o racismo não precisa preceder a educação antirracista. Além disso, não são apenas as crianças negras que devem ter acesso a essas narrativas, nem é imprescindível que somente professoras negras as leiam e compartilhem. A responsabilidade pela educação antirracista é coletiva, e essa jornada deve ser trilhada por todos.

Segundo as pesquisas de Samara da Rosa Costa, Sara da Silva Pereira e Lucimar Rosa Dias (2022)<sup>53</sup>, “criar oportunidades para reflexões antirracistas no cotidiano da educação infantil é fundamental, e a literatura infantil tem sido um dos suportes que fortalecem essa prática por conseguir afetar aqueles que têm acesso ao livro.”

Ao integrar as histórias para as infâncias a educação antirracista nas práticas pedagógicas, estamos promovendo um ambiente que valoriza e proporciona voz às experiências de crianças e estudantes negros em suas vivências cotidianas. Essa abordagem também envolve o resgate e o reconhecimento da cultura africana e afro-brasileira, que são fundamentais para a formação da cultura brasileira como um todo.

Surge então a questão: como podemos realizar essas leituras ou compartilhar histórias? O primeiro aspecto a considerar é que todos nós somos contadores de histórias. As narrativas mais simples e cotidianas que compartilhamos no dia a dia nos tornam, de fato, contadores. A sabedoria ancestral contida nas palavras possui um poder imenso.

53. COSTA, Samara da Rosa e PEREIRA, Sara da Silva. Artigo Literatura infantil e reflexões antirracistas no cotidiano da primeira infância, disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1384/1303>

Em diversas culturas, os contadores de histórias desempenhavam papéis fundamentais, como os Griots da antiga África Ocidental, que não apenas narravam histórias, mas também atuavam como mensageiros oficiais e guardiões das tradições. No Brasil, figuras como mestres da cultura popular, cordelistas e contadores de casos também exercem essa função. Como contadores contemporâneos, temos a oportunidade de compartilhar obras literárias de forma oral. Algumas pessoas se sentem mais confortáveis ao ler um livro, enquanto outras preferem contar histórias de memória, sem o auxílio de materiais. O que é crucial destacar é que a arte de contar histórias requer preparação, especialmente quando abordamos temas relacionados às relações raciais.

### **Ler ou contar histórias sobre temas raciais: qual é a melhor abordagem?**

Começamos destacando a diferença entre ler e contar histórias. Embora muitas pessoas afirmem “estou contando uma história” enquanto seguram um livro, é essencial reconhecer essa distinção. A leitura exige um cuidado especial com a narrativa escrita pelos autores e, em muitos casos, as ilustrações são cruciais para a compreensão do texto. Quando se trata de questões raciais, essa atenção se torna ainda mais relevante. Aqui estão algumas sugestões para escolher um livro apropriado para leitura:

- ✓ Leia a obra previamente: Antes de compartilhar a história com as crianças, familiarize-se com o conteúdo, prestando atenção aos elementos narrativos e ilustrativos que podem captar o interesse delas.
- ✓ Analise a representação de protagonistas negros/as: Observe como os personagens negros são retratados na narrativa: eles ocupam uma posição de destaque ou estão em situações de sofrimento? As ilustrações refletem a beleza e a cultura africana ou perpetuam estereótipos?
- ✓ Siga a escrita dos autores, mas com liberdade: É importante respeitar o texto original, mas isso não impede que você brinque com o tom de voz e crie momentos de suspense. Isso é crucial, pois as questões raciais contêm informações valiosas que podem enriquecer o repertório histórico das crianças durante a leitura.

### **Contar histórias é uma prática que envolve voz, corpo e gestos**

Embora seja importante ler com um livro em mãos, a apresentação de protagonistas negros na narrativa, mesmo sem apoio visual, também é significativa. A prática de contar histórias ativa os repertórios imagéticos construídos com as crianças, permitindo que elas ampliem sua capacidade de criar suas próprias imagens. Por isso, tanto ler quanto contar histórias são práticas essenciais no ambiente escolar.

Assim como a leitura requer preparação, contar histórias também demanda cuidados, especialmente por não se ter um livro em mãos. É fundamental estudar como representar na narrativa os cenários e as descrições dos personagens, principalmente se forem humanos, destacando aspectos físicos como a cor da pele, o tipo de cabelo e detalhes das vestimentas. Todos esses elementos são cruciais no momento de contar. Aqui estão três sugestões que podem ajudar nesse processo:

**Encantamento na contação** - Você não precisa ser um profissional para contar histórias; o que conta é o encantamento. As crianças percebem quando estamos envolvidos e interessados, especialmente em questões raciais. Demonstrar que você se importa com a história é fundamental. Lembre-se: “só é possível encantar se você estiver encantado”.

**Cuidado com a caracterização** - É importante evitar o uso de figurinos apelativos, achando que a abordagem de temas raciais exige uma caracterização excessiva. Qualquer pessoa, independentemente de ser negra ou não, pode contar histórias sobre temas raciais. Crie um ambiente que ajude a imergir na história, utilizando elementos como tecidos africanos e imagens, mas evite o uso de perucas ou pintura da pele. Sua voz e seu corpo são suficientes para encantar.

**Estudo da história** - Para contar com segurança, é preciso se preparar para não se perder. Se isso acontecer, não tem problema! Consuma histórias de temática afro-brasileira. Uma sugestão são os podcasts de histórias, disponíveis em diversas plataformas gratuitas, que podem ser levadas para a sala de aula e ajudar a ampliar o repertório. O Unicef Brasil, por exemplo, oferece o Podcast “Deixa que eu conto”<sup>54</sup>, com 30 episódios de histórias afro-brasileiras produzidas por arte-educadores, que são ótimas fontes de inspiração.

Quando acionamos essas abordagens de ler e contar histórias em um olhar de letramento racial, incentivamos os alunos a refletirem sobre suas próprias identidades e as identidades dos outros, além de aprenderem sobre a história e as contribuições de diferentes grupos raciais. Essa prática é essencial para criar um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso, em que todos se sintam valorizados e compreendidos.

Vamos lembrar: letramento racial é a capacidade de reconhecer, entender e discutir questões relacionadas à raça e à identidade racial. Para os professores, isso significa ajudar crianças e adolescentes a perceberem as desigualdades raciais presentes na sociedade, valorizar a diversidade cultural e desenvolver uma consciência crítica sobre o racismo. Os livros e as histórias que escolhemos compartilhar com nossos alunos podem ser grandes fontes de inspiração e aprendizado. É fundamental que, ao selecionar obras, busquemos ampliar nosso repertório além das narrativas eurocêntricas, trazendo à tona histórias afro-brasileiras que refletem a riqueza e a diversidade da cultura negra. Isso não apenas fortalece a identidade das crianças negras, mas também enriquece o conhecimento de crianças não negras, promovendo empatia e compreensão mútua.

Para quem ainda tem alguma dúvida sobre leitura e contação de histórias, é mais simples do que parece. Ao introduzir obras que abordam diferentes experiências e perspectivas, estamos contribuindo para a formação de um ambiente escolar mais inclusivo, que valoriza todas as culturas e histórias. Essas práticas podem ser adaptadas para todas as idades, desde a primeira infância até os jovens, permitindo que cada um encontre seu lugar nas narrativas que contamos.

54. UNICEF. Projeto Deixa que eu conto. Disponível em <https://deixaqueeuconto.org.br/>

Quem trabalha na educação certamente já sabe que é necessário cumprir com a Lei 10.639/2013<sup>55</sup>, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de educação básica. Para atender a essa demanda, a leitura de obras de literatura e história que abordam a trajetória africana e afro-brasileira é essencial. Por meio desses livros, os alunos têm a oportunidade de conhecer e valorizar as ricas contribuições dos povos africanos e seus descendentes ao longo da história do Brasil. Além de fortalecer a identidade negra, essas leituras promovem um ambiente de aprendizado mais inclusivo, onde todos os estudantes podem se ver representados e compreender a importância da diversidade cultural em nossa sociedade. Ao integrar essas obras ao currículo, estamos não apenas cumprindo a lei, mas também contribuindo para a construção de uma educação antirracista.

#### Que tal algumas dicas literárias?

- ✓ “Quinzinho”, de Luciano Ramos. Editora Caqui.
- ✓ “O pequeno príncipe preto”, de Rodrigo França. Editora Nova Fronteira.
- ✓ “Com qual penteado eu vou?”, de Kiusam de Oliveira. Editora Melhoramentos.
- ✓ “Cinderela do Rio”, de Mafuane Oliveira. Editora Peirópolis.
- ✓ “Menina bonita do laço de fita.”, de Ana Maria Machado. Editora Ática
- ✓ “Edith e a Velha Sentada”, de Lázaro Ramos. Editora Pallas.
- ✓ “Sinto o que sinto: Um passeio pelos sentimentos”, de Lázaro Ramos. Editora Sextante.
- ✓ “Amoras”, de Emicida. Editora Companhia das Letrinhas.

55. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. 2003 Jan 10 [citado 2025 Abr 8]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)

# Pensando em trabalhos de gestores com perspectivas antirracistas

A prática antirracista não deveria ser uma decisão unilateral do educador, mas realizada em paralelo com os gestores, tanto das escolas quanto das secretarias estadual, municipal e/ou distrital. Há muitas dúvidas por parte dos gestores em como implementar a educação antirracista. O município de Belém, por exemplo, conta com uma experiência implementada a partir da educação infantil. Ela vai desde a criação de uma coordenação municipal de educação étnico-racial, passando por gestões escolares comprometidas com essa agenda e currículos pensados a partir do antirracismo.

## Implementação de uma educação antirracista

Quando pensamos nos cotidianos das escolas, é preciso considerar que cada uma possui ritmo e dinâmica própria. Se é assim, o planejamento das atividades educativas e o seu encaminhamento pedagógico precisa corresponder a uma perspectiva de mundo e uma educação que considere essa diversidade. Desse modo, antes de tratarmos do quanto o currículo é importante para a definição dos acontecimentos na escola, precisamos tratar do papel daqueles que também constroem o cotidiano escolar.

Os instrumentos legais definem as atribuições dos sistemas educacionais e, por conseguinte, dos estabelecimentos de ensino e dos trabalhadores da educação quanto às questões pedagógicas e administrativas. No que se refere à diversidade étnico-racial, definem as atribuições dos profissionais no processo educacional.

Sobre a temática da educação antirracista, aos educadores corresponde a responsabilidade de garantir o direito de aprender e a equidade educacional aos estudantes para o combate ao racismo e à discriminação, por meio da pesquisa e da utilização e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem a cultura afro-brasileira e a diversidade, e a efetiva implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-raciais (DCNs da EREER)<sup>56</sup>.

56. BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>

À Gestão Escolar cabe proporcionar possibilidades de estabelecer “conteúdos de ensino, unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2004)<sup>57</sup>, além de articular e mediar o processo de ensino e de aprendizagem, criando e consolidando agendas propositivas, garantindo condições adequadas para sua execução e desenvolvendo estratégias quanto à formação de professores que contemplem primordiais pontos da diversidade racial na construção histórica da cultura do país.

Para pensar o currículo precisamos entendê-lo, primeiramente, como um planejamento construído coletivamente. Este deve definir como, quando e o que será ensinado e avaliado, além do estabelecer o alcance de determinados objetivos pedagógicos, por meio de uma organização de ações e da seleção realizada nas diversas áreas do conhecimento. O currículo também é formado a partir de “todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito, contribuem de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes (...) são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações...” (SILVA, 1999)<sup>58</sup>.

Considerando a dimensão social do currículo, é necessário entendê-lo a partir do momento histórico, do contexto social, econômico, político, cultural e das relações estabelecidas em determinada sociedade, portanto, é um produto da cultura e um elemento que influencia na construção das identidades. Os conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade e que são sistematizados no currículo configuram uma escolha com intencionalidade<sup>59</sup>. Portanto, como descreve Tomaz Tadeu da Silva, “currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento; o currículo é documento de identidade”.

Nesse sentido, podemos considerar que os estudantes também são sujeitos que interferem na cultura escolar, produzem história a partir das condições dadas<sup>60</sup> e o fazem relacionando-se com a cultura dos adultos, questionando ou até mesmo reproduzindo as desigualdades e relações de poder presentes na sociedade, e por isso também influenciam no currículo. Sendo assim, consideramos o currículo como um “conjunto de objetivos de aprendizagem selecionados que devem dar lugar à criação de experiências apropriadas que tenham efeitos cumulativos avaliáveis, de modo que se possa manter o sistema numa revisão constante, para que nele se operem as oportunas reacomodações” (Sacristán, 2000)<sup>61</sup>.

57. BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

58. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

59. SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Angel I. Perez. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

60. FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

61. SACRISTÁN, J. Gimeno e Gómez, A. I. Perez. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre, Armed, 2000.

Mas, se o currículo é formado por escolhas intencionais, o que é desconsiderado no momento de elaboração do currículo oficial? Quais conhecimentos são considerados mais importantes para estarem presentes no cotidiano das escolas? Que formação é esperada a partir da seleção de determinados conhecimentos e da rejeição de outros?

Um elemento para considerarmos nessa análise é a promulgação da Lei N. 10.639/03<sup>62</sup>, que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em toda a educação básica e estabelece o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Ela é fruto da luta do movimento negro e das/dos pesquisadoras/es da temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), que, ao longo de décadas, tensionam a maneira como o currículo das escolas brasileiras estava sendo definido e apontam uma lacuna importante na sua composição.

A legislação citada acima e o percurso para sua aprovação representam uma estratégia institucional para alterar o currículo da educação básica brasileira, de maneira a ampliar a discussão da ERER e a formação para o enfrentamento do racismo a partir dos planejamentos pedagógicos de todas as áreas do conhecimento. É isso que chamamos de “racializar o currículo”.

### A racialização do currículo

A lei 10.639/03 compõe o processo de enfrentamento do racismo em nossa sociedade e demonstra o compromisso do Estado no sentido da efetivação prática das ações afirmativas na educação básica brasileira<sup>63</sup>. Outros documentos que buscam consolidar o cumprimento da legislação e o processo de racialização do currículo são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (DCNERER) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana<sup>64</sup>.

Nilma Lino Gomes defende que não podemos perceber apenas política de cotas no ensino superior como medida de ações afirmativas. É preciso considerar o caráter amplo, denso e profundo de tais iniciativas, pois, assim como a Lei de Cotas, a lei 10.639/03 tem como objetivo “afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade

62. BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

63. GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

64. BRASIL, Inep. Documentos completos em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares>

africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares.”<sup>65</sup>

Diante desse cenário e compreendendo as ações afirmativas como políticas, projetos e práticas públicas e privadas institucionalizadas que buscam o enfrentamento das desigualdades, de maneira a causar mudanças nas condições estabelecidas historicamente a determinados grupos sociais, consideramos as/os educadoras/es como responsáveis por racializar o currículo que implementam em seus planejamentos. Estes devem incluir práticas de educação antirracista, dado que são agentes de transformação do imaginário pedagógico e da construção de identidades positivas com as/os estudantes.

Para a efetivação da educação antirracista, é necessário ampliar as perspectivas das/dos educadoras/es para além dos modelos pedagógicos eurocêntricos, reconhecer a diferença superando esse olhar hegemônico que impregna as subjetividades das/dos estudantes. Construir um currículo antirracista não é tarefa simples: demanda ampliação do repertório teórico, “treinamento do olhar” para compreendê-lo como um território em disputa e perceber os impactos da pedagogia fundamentada em uma história única<sup>66</sup> e eurocentrada.

Racializar o currículo significa, portanto, superar os estereótipos racistas que reforçam as ideias de desumanização das pessoas negras, combater a ideia de inferioridade tanto na dimensão fenotípica quanto cultural que marcam as suas subjetividades<sup>67</sup>. Também se deve proporcionar aos cotidianos escolares possibilidades de construção de representações negras para além das imagens de vitimização, submissão, subalternização ou exotização que são reforçadas pelas ações pontuais realizadas apenas em datas comemorativas, por exemplo.

### **Conhecendo uma experiência exitosa - a construção de um currículo antirracista em Belém**

A dimensão prática e cotidiana da educação antirracista é encarada como um desafio por muitas/os educadoras/es, dadas as fragilidades das formações iniciais docentes e os efeitos do racismo estrutural sobre as pessoas. Com o objetivo de oferecer possibilidades de reflexões sobre a aplicabilidade efetiva da Lei 10.639/03, iremos discutir experiências acompanhadas e orientadas pela Coordenadoria de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Coderer)<sup>68</sup> da Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec), que foi criada em 2021 para fortalecer a implementação da legislação em EREER na Rede Municipal de Educação (RME).

65. GOMES, Nilma Lino. Artigo Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03, disponível em: [https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/?gad\\_source=1&gclid=EAlalQob-ChMI7ZT0xaSbigMVG0FIAB1d\\_SStEAAYASAAEgKSn\\_D\\_BwE](https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/?gad_source=1&gclid=EAlalQob-ChMI7ZT0xaSbigMVG0FIAB1d_SStEAAYASAAEgKSn_D_BwE)

66. Para ler: “Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história”, originalmente publicado em TED Ideas Worth Streading e disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>

67. FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Renato da. Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

68. A Coordenadoria da Educação para as Relações Étnico-raciais (Coderer) entra em funcionamento a partir de 4 de fevereiro de 2021, pela Portaria nº 563/2021- GABS/SEMEC, publicada em 17 de maio de 2021. Contudo, é institucionalizada a partir da Portaria nº 877/2021 – GABS/SEMEC, de 08 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial do Município em 11 de julho de 2023.

O trabalho da Coderer com as unidades educativas municipais<sup>69</sup> em Belém é realizado por meio do Projeto Escolas Antirracistas (PEA), que é desenvolvido mediante as seguintes etapas: Adesão ao Projeto; Formação para elaboração de Plano de Trabalho; Envio e revisão de Plano de Trabalho de cada unidade educativa; Assessoramentos Distritais; Formações por categorias; Assessoramento Individuais nas unidades educativas; Acompanhamento das culminâncias.

#### ✓ Adesão ao projeto

A Coderer lançou em janeiro de 2024 a Proposta Anual do PEA durante a Jornada Pedagógica, com a participação das unidades educativas da Rede Municipal. Nesse movimento, 60 escolas realizaram adesão, dando início às etapas que compõem o calendário do projeto. A adesão ao PEA foi realizada com carta de intenção enviada por e-mail pela gestão das unidades educativas à Coderer. Em fevereiro, foram realizadas duas reuniões com os gestores das unidades educativas que aderiram ao projeto, uma em formato *on-line* e outra presencial, para orientar a construção do Plano de Trabalho.

O modelo de Plano de Trabalho solicitado às unidades fica disponível *on-line* em pasta de Google Drive compartilhada com elas, juntamente com materiais para consulta e estudo como artigos e livros, cartilhas, jogos pedagógicos, vídeos produzidos pela Coderer e por demais estudiosos da temática.

#### ✓ Formação para elaboração de Plano de Trabalho

Na formação é apresentada a estrutura do Plano de Trabalho com os seguintes tópicos: Identificação; Tema Geral; Diagnóstico Social; Objetivo Geral (da unidade educativa); Experiências e/ou Conteúdos a serem desenvolvidos; Objetivos Específicos (por turma); Ação a ser realizada; Metodologia; Cronograma; Avaliação e Referências.

A participação de todas/os as/os servidoras/es de todas as categorias de trabalhadoras/es da educação é considerada prioridade, dado o entendimento de que todos possuem responsabilidade na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano, bem como no alcance dos objetivos. Por exemplo, pensar uma atividade que discuta as diferenças culturais entre os países do continente africano implicaria em articular com a merendeira da escola que naquele dia o lanche seja realizado com o envolvimento dos estudantes e fazendo referência às diferenças culinárias dos locais estudados.

Outra iniciativa fundamental, é a prática da socialização dos materiais pedagógicos e de leitura disponibilizados pela Coderer a todas/os servidoras/es das unidades educativas, além do debate constante sobre a necessidade de racialização de todas as áreas do conhecimento, e não só as ciências humanas e linguagens.

69. Usaremos a nomenclatura “unidades educativas”, pois a Rede municipal de educação é composta dos diversos níveis e modalidades de educação sendo: Escolas municipais de ensino fundamental, Escolas Municipais de Educação infantil, Unidades de Educação Infantil, Unidades Pedagógicas, Escolas municipais de Educação do Campo, Escola Municipal de Educação Quilombola e Anexos.

✓ Envio e revisão de Plano de Trabalho por unidade educativa

O fim do mês de março de 2024 foi definido como prazo para as unidades educativas discutirem com suas comunidades escolares e produzirem o Plano de Trabalho em primeira versão para envio à equipe da Coderer, que os analisou e devolveu com sugestões de adequação durante o mês de abril.

✓ Assessoramento Distrital

O município de Belém é dividido em oito distritos administrativos, cada um composto por um certo número de bairros, o que serviu de base organizacional para realizar os assessoramentos com o grupo de unidades educativas localizadas em cada distrito. Esse formato de assessoramento, além de possibilitar a orientação de dúvidas de percurso, representa também uma oportunidade de socialização das experiências entre as unidades educativas localizadas em territórios próximos, o que proporciona o estabelecimento de redes de mútua ajuda para o enfrentamento de realidades semelhantes.

A partir das narrativas apresentadas, a Coderer realiza orientações sobre a construção dos Planos de Trabalho, possibilidades de enfrentamento às dificuldades e debate sobre as múltiplas faces que o racismo pode assumir nas escolas.

✓ Formações por categorias

Com a perspectiva de que todas/os as/os trabalhadoras/es da educação são educadores, a Coderer investe em formações com as diferentes categorias, considerando o nível de escolaridade, a formação inicial, as atribuições profissionais e fundamentalmente a importância de cada profissional para a efetivação da educação antirracista, com membros da própria equipe, assim como conta com a participação de convidadas/os estudiosas/os da EREER.

✓ Assessoramentos Individuais nas unidades educativas

Nos meses de maio e junho de 2024, foi divulgado entre as unidades educativas o cronograma de assessoramento para cada uma delas, em que foram realizados diálogos com a comunidade escolar sobre aplicabilidade do PEA na rotina da unidade, e correções do texto do Plano de Trabalho de maneira personalizada com o objetivo de atender as especificidades de cada unidade escolar, além de acompanhar as etapas de execução do Plano de Trabalho do PEA.

Durante os assessoramentos, a equipe da Coderer aplicou um formulário *on-line* com sete eixos temáticos:

1. Possíveis resistências à implementação do projeto;
2. Envolvimento da comunidade escolar na elaboração e execução do plano de trabalho;
3. Nível de conhecimento das/os educadoras/es sobre o PEA;
4. Representação positiva da população negra no ambiente escolar (espaço físico);

5. Projeto político-pedagógico e a EREER;
6. Parcerias com outras instituições;
7. Perfil étnico-racial das/dos estudantes.

A aplicação desse formulário tem por finalidade verificar a extensão e os impactos do PEA na organização administrativa e pedagógica da escola e, com isso, fazer uma análise do que foi previsto do que vinha sendo executado nas unidades educativas.

#### ✓ Acompanhamento das culminâncias

Conforme previsto no cronograma de trabalho do PEA em 2024, foram organizados três momentos de socialização das experiências desenvolvidas por meio do projeto, sendo eles: a) XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE); b) Nas unidades educativas; c) XXI Diálogo de Saberes. As culminâncias nesses espaços representam a materialização de um trabalho substancializado e sistematizado ao longo do ano letivo, além de colocar Belém e suas práticas pedagógicas no debate nacional sobre a educação antirracista. As unidades educativas foram orientadas a se inscrever no XIII COPENE<sup>70</sup> e submeter textos nos Grupos de Trabalho sobre as atividades do PEA com o objetivo de socializar as experiências realizadas.

Ao longo do mês de novembro de 2024, aconteceram as culminâncias das atividades desenvolvidas ao longo do ano nas unidades educativas, com mostras culturais, festivais, exposição de fotos, dramatizações, entre outros. A elaboração de diferentes formas de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar de forma orgânica representa um avanço da temática da EREER na Rede Municipal de Educação, na medida em que a comunidade escolar vai para além das ações pontuais.

O último momento de socialização do ano letivo aconteceu na 20ª edição do “Diálogo de Saberes”, o evento de culminância da Rede Municipal de Educação, em que todos os servidores podem participar de Mesas Redondas, Palestras e Grupos de Trabalho para Comunicação Oral.

### **Então como acontece na prática? Como construir um currículo antirracista?**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e de Culturas Afro-Brasileira e Africana, definem, em seu Art. 3.º, que a temática deve ser desenvolvida por meio dos conteúdos, das competências, das atitudes e dos valores a serem estabelecidos e realizados pelas Instituições de ensino e por seus professores, com o apoio e a supervisão dos sistemas de ensino, das entidades mantenedoras e das coordenações pedagógicas.

Portanto, um educador que se propõe a colocar em prática um currículo antirracista precisa, primeiramente, compreender a estrutura social na qual está inserido, reconhecer o seu lugar no enfrentamento ao racismo e por meio do

<sup>70</sup>. Consiste em um evento acadêmico-científico brasileiro e latino-americano, que congrega pesquisadores/as negros/as e demais estudiosos da temática em face da produção e divulgação de pesquisas voltadas para o enfrentamento do racismo na sociedade. Ocorreu em Belém no período de 09 a 13 de setembro de 2024.

trabalho pedagógico racializar o currículo, ou seja, de atender ao recorte de raça/cor, o que pode ser feito por todas as diferentes áreas do conhecimento.

Na educação infantil, por exemplo, a contação de histórias pode/deve ser de livros que tratam das características e cultura africana e afrobrasileira de maneira positiva e na perspectiva da valorização, além de evitar a reprodução de estereótipos. Em uma atividade de pintura também é possível problematizar com as crianças o lápis “cor da pele”, para entender de que pele estamos falando.

Nas demais etapas da educação básica, a cultura afro diaspórica também está presente em todas as ciências. Na Matemática, podemos apontar os primeiros cálculos de ângulos realizados para a construção das pirâmides do Egito, muito antes dos gregos; na Geografia, podemos desmistificar a visão sobre o continente africano como composto apenas por savanas e com população miserável, apontando a diversidade de biomas e as metrópoles africanas, como a Cidade do Cabo e Luanda; na Biologia, é possível discutir as diversas perspectivas de raça e combater a noção de inferioridade biológica; na História, tratar da população negra para além do período escravocrata brasileiro e mostrar os feitos, conquistas e importância dessa população para a história nacional e internacional; na Física, os estudos sobre acústica podem ser feitos a partir da análise do som produzido por atabaques, berimbaus e outros instrumentos de percussão; na Química, os estudos sobre composição e estrutura de substâncias podem ser realizados por meio da análise de comidas de origem africana e afrobrasileira.

Esses são alguns exemplos das incontáveis possibilidades que podem ser encontradas por educadoras/es por meio da pesquisa e pelo compromisso ético com a construção de uma sociedade democrática e que respeite a equidade social.

Os resultados alcançados pelo processo de racialização do currículo são perceptíveis no cotidiano escolar, notadamente no aumento da autoestima das/dos estudantes, mas também na diversificação das práticas pedagógicas e na melhoria do processo de ensino e aprendizagem como um todo. Os momentos de socialização dos resultados e culminâncias citados na experiência da Coderer foram os disponíveis no ano letivo de 2024 para a realidade de Belém, mas é relevante ressaltar que o planejamento de atividades com racialização das áreas do conhecimento deve ocorrer ao longo de todo o ano letivo, já que o racismo nunca tira férias.

Para tanto, cada unidade educativa precisa ser entendida como um território de convivência e de produção de cultura, com o poder de desenvolver formas específicas de enfrentamento aos problemas da sua realidade, com participação de todas/os as/os envolvidas/os. Com um currículo racializado, levando em conta a diversidade étnico-racial e as diferenças regionais, poderemos criar tantas soluções para quantas forem as formas pelas quais o racismo se expressa no ambiente escolar.

Portanto, a construção de uma sociedade democrática, que promova positivamente a imagem de africanos e afro-brasileiros, bem como sua história e cultura, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, com possibilidades de enfrentamento do preconceito, da discriminação racial e de violências correlatas, perpassa obrigatoriamente por uma escola com currículo racializado, devido ao seu papel significativo para o desenvolvimento humano, para a construção das identidades e para a promoção das aprendizagens alinhadas à justiça social.

# Modelos de atividades que podem ser implementadas por profissionais do Programa Saúde na Escola

Nos capítulos anteriores, trabalhamos a importância da implementação de um currículo antirracista nas escolas, com ações bem planejadas, acordadas com a gestão, entre os diferentes educadores e realizadas ao longo de todo o ano letivo. Para dar ainda mais concretude à implementação de atividades antirracistas no chão da escola, traremos nas próximas páginas algumas sugestões de oficinas que podem ser vivenciadas com alunos do Ensino Fundamental e Médio, educadores (entendidos aqui como todos os profissionais que atuam nas unidades escolares) e famílias.

## **OFICINA 1: RACISMO E ANTIRRACISMO**

### **Objetivo:**

Trabalhar o racismo enquanto crime que viola a dignidade humana e a importância da adoção de uma postura antirracista por todas as pessoas.

### **Tempo de duração:**

50 minutos

### **Material necessário:**

Flipchart e caneta pilot.

### **Descrição da atividade:**

#### **1. Atividade de integração: EsugaMebene (15 min)**

Esta atividade é a adaptação de um jogo típico do povo Fang da Guiné Equatorial. Nele, as crianças são lideradas por dois anciãos ou adultos (nesse caso, dois educadores ou um educador e um aluno auxiliar), que se revezam dando às meninas e meninos nomes de animais, plantas, aldeias, pessoas, filmes, séries etc. Um dos líderes escolhe um nome e comunica sua escolha ao outro líder que, por sua vez, vai escolher a criança para receber aquele “título”. As crianças que representam esses nomes vão se sentar ao lado daquele que agora está chamando por eles, ficando feliz com a escolha. A criança que ficar por último acaba virando a piada do jogo.

#### **2. Atividade 2: o círculo reflexivo (15 min)**

Ao final da vivência peça para que o grupo se sente em círculo<sup>71</sup> e reflita com eles:

- ✓ Como foi receber um título que você não escolheu?
- ✓ Qual foi a sensação de ser escolhido primeiro? E por último?
- ✓ Na nossa turma ou escola vivenciamos situações em que nos sentimos excluídos? Quando? Quais são os critérios para esta exclusão?
- ✓ Que tipos de preconceitos ou discriminações são mais comuns no contexto escolar?
- ✓ Como o racismo pode ser prejudicial para quem sofre? Como a pessoa que o pratica pode ser responsabilizada?

Chame a atenção do grupo para o fato do Racismo se configurar em um crime em nosso país e apresente o conceito de Antirracismo. Contextualize sobre a importância do comprometimento e da união da comunidade escolar para a redução de desigualdades e práticas violentas como o racismo, dentro da escola e na nossa sociedade como um todo.

### 3. Atividade 3: propondo práticas antirracistas (15 min)

Proponha para a turma a construção de um acordo de convivência pautado em práticas antirracistas em sala de aula: Que tipo de comportamentos não pode ser aceitos? Como encaminhá-los? Que atividades podem realizar para promover a valorização da identidade e culturas negras e indígenas? Anote as contribuições com a ajuda do flipchart para que fiquem em exposição na sala de aula e organize a implementação das práticas propostas pelos alunos junto à gestão escolar.

#### Dica!

A Aziza Editora elaborou um caderno com uma compilação de diversas brincadeiras brasileiras e de países africanos que podem ser vivenciadas com grupos de diferentes tamanhos. Esta publicação está disponível no link <https://anansi.ceert.org.br/biblioteca-pdf/catalogo-jogos.pdf>



## OFICINA 2: BRANQUITUDE

### Objetivo:

Posicionar a Branquitude enquanto sistema de poder composto por privilégios e normas que beneficiam pessoas brancas e oprimem pessoas não brancas, bem como alertar pessoas brancas sobre sua importância no enfrentamento ao Racismo.

### Tempo de duração:

50 minutos

71. Caso esteja realizando a atividade com educadores ou famílias, chame a atenção para a circularidade enquanto valor civilizatório afro-brasileiro, conceito desenvolvido pela Professora Azoilda Loretto da Trindade.

**Material necessário:**

Fita crepe, TV ou computador com projetor.

**Descrição da atividade:****1. Atividade 1: Jogo do privilégio (30 min)**

Receba a turma com marcações no chão feitas com fita crepe: 10 linhas paralelas com uma distância média de 40 cm entre elas. Peça para que o grupo se posicione antes da primeira linha, um ao lado do outro e de frente para as linhas no chão. Convide-os a participar de um jogo em que cada um deles serão peças que se movem de acordo com suas próprias vivências. Faça algumas afirmações para os participantes e peça para que deem passos para frente ou para trás de acordo com as respostas:

- ✓ Se você considera que tem uma boa convivência com a sua família, pule uma linha.
- ✓ Se os seus pais trabalham finais de semana para sustentar a sua família, ou se seus responsáveis passam mais tempo fora trabalhando do que com você em seus tempos livres, volte uma linha.
- ✓ Se um de seus pais concluiu a universidade, pule duas linhas.
- ✓ Se você não conhece a origem da sua família, volte uma linha.
- ✓ Se você tem babá, diarista, ou alguém vai a sua casa fazer serviços domésticos pagos para sua família, pule duas linhas.
- ✓ Se ganha mesada, pule uma linha.
- ✓ Se sua casa já encheu de água ou se já perdeu algum bem por morar em área de risco, volte uma linha.
- ✓ Se nunca precisou de programa do governo (Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida etc.) avance uma linha.
- ✓ Se nunca teve quarto próprio, volte uma linha.
- ✓ Se você não tem dificuldade de chegar diariamente na escola, avance uma linha.
- ✓ Se você teve problemas para fazer amigos na escola, avance uma linha.
- ✓ Se já ouviu piadas por conta da cor da sua pele ou tipo de cabelo, volte uma linha.
- ✓ Se já sofreu por bullying ou piadas por conta de aspectos em você não poderia mudar, volte uma linha.
- ✓ Se tem acesso fácil a um médico toda vez em que encontra necessidade, avance uma linha.
- ✓ Se você tem medo de sofrer algum tipo de violência andando nas ruas de seu bairro, retorne uma linha.

Após a conclusão das perguntas, peça para que o grupo repare nas pessoas que ficaram mais a frente ou mais atrás:

- ✓ Quem são as pessoas que estão majoritariamente na frente? E atrás?
- ✓ Por que vocês acham que existe essa diferença?
- ✓ Essas diferenças causam consequências na nossa vida escolar? E nas nossas vivências em sociedade?
- ✓ Quais são as barreiras de acesso e desenvolvimento social enfrentadas pela população negra e/ou mais pobre no Brasil?

Encerre esse momento problematizando como os preconceitos, as desigualdades e a falta de acessos igualitários às oportunidades impactam no processo de aprendizagem.

## 2. Atividade 2: A branquitude e o enfrentamento ao Racismo (20 min)

Em círculo, pergunte ao grupo se eles já ouviram alguma vez a palavra Negritude e, na sequência, se já ouviram falar sobre Branquitude. Questione se eles sabem o motivo do primeiro conceito ser mais conhecido do que o outro e, na sequência, exiba o vídeo “Como funciona a branquitude?” da revista AzMina (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u2LJaCrxXZA>).

Encerre o encontro refletindo com o grupo sobre como o privilégio branco se manifesta no cotidiano da comunidade escolar e sobre a urgência de pessoas brancas se engajarem em ações antirracistas.

### Dica!

A atividade 1 desta oficina é uma adaptação do Jogo do Privilégio Branco desenvolvido pelo Instituto Identidade do Brasil (ID\_BR). A atividade completa está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MuoE3IJZoZU>



## OFICINA 3: RACISMO AMBIENTAL

### Objetivo:

Trabalhar o conceito de Racismo Ambiental e problematizar de que forma a população negra e/ou mais pobre sofre mais os seus efeitos.

### Tempo de duração:

50 minutos

### Material necessário:

Internet, TV ou computador com projetor

### Descrição da atividade:

1. Atividade prévia: Investigação (antes da oficina)

No encontro anterior à realização da oficina dividia a turma em quatro grupos e peça para que os alunos façam uma pesquisa na internet sobre matérias jornalísticas envolvendo diferentes tipos de desastres ambientais na sua cidade ou estado:

**Grupo 1:** Desabamentos ou deslizamentos de terra

**Grupo 2:** Enchentes

**Grupo 3:** Epidemias

**Grupo 4:** Falta de coleta de lixo

Cada aluno deve fazer a sua pesquisa e anotar suas impressões para debater com o grupo considerando algumas questões:

- ✓ Em que áreas/bairros da cidade ocorreram com mais frequência?
- ✓ Quem são as pessoas mais afetadas?

Obs: Caso não tenha tempo para propor esta investigação previa pelos próprios alunos, imprima matérias jornalísticas sobre estes tipos de ocorrência e leve para os grupos no dia da oficina.

## 2. Atividade 1: A roda da exclusão (20 min)

Escolha três alunos para sair da sala momentaneamente. Combine com os que ficarem a fazer um círculo. Eles não devem deixar os três que saíram entrar no meio desse círculo de maneira nenhuma, adotando a estratégia que acharem melhor para não deixar isso acontecer. Enquanto isso, para o grupo que está fora, os orientem a tentar entrar.

Receba os três excluídos e peça para que realizem a sua missão ao som da música “A cidade”, de Chico Science e a Nação Zumbi (disponível em <https://open.spotify.com/intl-pt/track/2zSTvC7IA8EiD4cvo4VdVr?si=e952e45f891546d7>). Após alguns poucos minutos de tentativa pergunte ao grupo:

- ✓ Como foi a sensação de excluído?
- ✓ Os que ficaram no círculo acharam justa a exclusão?
- ✓ Como esta dinâmica reflete a nossa sociedade?
- ✓ Quem são os mais excluídos? De que forma?
- ✓ Alguém prestou atenção na música que tocava durante a dinâmica? Sobre o que ela falava?

## 3. Atividade 2: Roda de conversa (30 min)

Oriente a turma para que se reúna nos grupos de pesquisa previamente estabelecidos. Peça que, em 10 minutos, compartilhem uns com os outros o levantamento que fizeram. Ao final deste tempo, pergunte ao grupo como um todo quais são as populações mais afetadas pelas ocorrências que identificaram e qual o traço em comum entre elas. Questione se eles já ouviram falar sobre o termo Racismo Ambiental.

Exiba o vídeo “O que é racismo ambiental? | Consciência Negra: Reconhecer e Reparar” do Canal Futura (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LEe7U7wbddU>), relacionando seu conteúdo aos casos identificados por eles na etapa de investigação.

Encerre o encontro elencando, coletivamente, soluções para enfrentar este tipo de racismo.

#### **Dica!**

A pesquisa “O acesso ao verde e a resiliência climática nas escolas das capitais brasileiras”, organizada pelo Instituto Alana, identificou 1.383 escolas brasileiras em áreas de risco para inundações, enxurradas ou deslizamentos de terra, ou uma a cada 15 escolas das capitais. Destas, 89,58% delas ficam dentro de favelas ou a no máximo 500 metros de distância de uma, e 51,2% possuem mais de 60% de estudantes que se declaram pretos e pardos. Estes dados reforçam como o Racismo Ambiental impacta o acesso à educação para a população negra brasileira e também podem ser trabalhados em sala de aula. Acesse a pesquisa completa em [https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Relatorio\\_O\\_acesso\\_ao\\_verde.pdf](https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Relatorio_O_acesso_ao_verde.pdf)



## **OFICINA 4: VIESES INCONSCIENTES DO RACISMO**

### **Objetivo:**

Sensibilizar sobre como os vieses inconscientes do racismo operam dentro de nossa sociedade e propor ações de ruptura desses estereótipos dentro da escola.

### **Tempo de duração:**

50 minutos

### **Material necessário:**

TV ou computador com projetor.

### **Descrição da atividade:**

#### 1. Atividade 1: Refletindo sobre estereótipos (20 min)

Com a turma em círculo, comece o encontro pedindo para que o grupo fale a primeira coisa que lhes vêm à cabeça, a partir de afirmações como:

- ✓ Todo baiano é...
- ✓ Mulheres dirigindo são...
- ✓ Todo adolescente é....
- ✓ Franceses não gostam de....
- ✓ Mulheres loiras são....
- ✓ Gaúchos são....

✓ Cariocas são...

Você pode customizar essas afirmações de acordo com a sua cidade / região. Ao final das devolutivas do grupo, questione como esses estereótipos são construídos e perpetuados ao longo do tempo. Pergunte quais outros conhecem e se algum deles está ligado ao Racismo. Reflita com a turma:

- ✓ Como o homem e a mulher negra são vistos pela sociedade? E as crianças?
- ✓ E a população indígena?
- ✓ Que estigmas recaem sobre eles?
- ✓ Como essas pessoas são encaradas em espaços públicos como shoppings, supermercados etc.?
- ✓ Eles possuem o mesmo tratamento que as pessoas brancas pelas autoridades?

## 2. Atividade 2: Os vieses inconscientes do racismo (10 min)

Projete a charge de Junião abaixo para a turma, questionando se eles já vivenciaram ou conhecem alguém que tenha passado por situações como esta.



Explique o conceito de viés inconsciente do racismo para o grupo enquanto construção passada de geração para geração desde a primeira infância. Reflita como estes estigmas se manifestam com pensamentos tendenciosos contra a população negra e indígena, que acabam por nos levar a decisões e comportamentos estigmatizantes e prejudiciais a essas parcelas da população no cotidiano.

### 3. Atividade 3: Enfrentando os vieses inconscientes do Racismo (20 min)

Divida a turma em 3 grupos e peça para que cada um deles pense em uma campanha de desconstrução dos estereótipos de fundo racista presentes nas interações do dia a dia na escola. Estas devem ser apresentadas para os outros alunos após esta oficina.

#### Dica!

A Universidade de Harvard desenvolveu um teste que promete revelar preconceitos implícitos. O chamado Teste de Associação Implícita (IAT) analisa não só os vieses inconscientes do racismo, mas também em relação a orientação sexual, deficiências e obesidade. Ele pode ser acessado através do link <https://implicit.harvard.edu/implicit/brazil/> e pode ser adaptado para uso em sala de aula.



## OFICINA 5: A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTAS

### Objetivo:

Conscientizar sobre os impactos do racismo no processo de aprendizado e de cuidados com a saúde de crianças e adolescentes.

### Tempo de duração:

50 minutos

### Material necessário:

Folhas de papel de tamanho igual, saco de balas ou bombons, TV ou computador com projetor.

### Descrição da atividade:

#### 1. Atividade 1: Dinâmica da igualdade de tratamento (30 min)

Com a sala organizada em formato padrão escolar (cadeiras enfileiradas), distribua folhas iguais para cada aluno e posicione um cesto de papel perto do quadro. Diga ao grupo que terão uma missão e, por isso, estão recebendo o mesmo material: eles devem amassar o papel e jogar no cesto. Quem acertar sem sair do seu lugar ganha um bombom. Podem se levantar para o arremesso, mas não podem sair.

Ao longo das tentativas, a turma começará a sinalizar que aqueles que estão sentados nas fileiras da frente foram beneficiados na dinâmica. Seja dócil e faça a premiação dos que conseguirem, mas ríspido com os que não acertarem, reforçando que todos receberam o mesmo material. Quando todos tiverem terminado, promova a seguinte reflexão:

- ✓ A atividade foi justa? Por quê?
- ✓ Alguém possuiu privilégios na brincadeira? Quem?
- ✓ Como essas pessoas foram tratadas? E as que não acertavam?
- ✓ Esta dinâmica reflete a nossa sociedade? Como?

- ✓ Quem possui mais privilégio de acesso a serviços básicos como educação, saúde e transporte? Por quê?
- ✓ Como as pessoas que não estão neste padrão são tratadas?
- ✓ Você ou alguém da sua família já foi destrutado pela cor da sua pele na escola ou em algum serviço de saúde? De que forma?
- ✓ Como você acha que o racismo impacta as pessoas que o sofrem?

## 2. Atividade 2: Os impactos do racismo (20 min)

Exiba o painel abaixo para a turma, refletindo com o grupo sobre cada um dos impactos do racismo no desenvolvimento de crianças e adolescentes:



Fonte: Caderno “Primeiras infâncias negras e a Educação” do Projeto PIA – Primeira Infância Antirracista. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/23876/file>

Encerre o encontro distribuindo os doces para todos enquanto trabalha com o grupo sobre a importância da implementação de ações Antirracistas na escola e nos equipamentos de saúde, elencando algumas medidas práticas de como fazê-lo.

**Dica!**

Uma professora do Colégio José Aras, localizado no município de Euclides da Cunha (BA), desenvolveu em parceria com o Instituto Porvir um jogo de tabuleiro para trabalhar a importância do antirracismo na escola. O jogo pode ser baixado no link <https://mailchi.mp/porvir/jogo-antirracismo-escola>

**OFICINA 6: ELIMINANDO EXPRESSÕES RACISTAS DO NOSSO VOCABULÁRIO****Objetivo:**

Problematizar o uso de expressões de fundo racista utilizadas na língua brasileira.

**Tempo de duração:**

50 minutos

**Material necessário:**

Tarjetas com expressões racistas, fita crepe e caneta pilot

**Descrição da atividade:**

1. Atividade 1: (Re)conhecendo expressões racistas da nossa língua (20 min)  
Divida a turma em 4 grupos. Cada um receberá um combo com 4 tarjetas com expressões racistas de um lado e a origem dessa expressão do outro. Peça para que o grupo leia coletivamente a expressão e reflita sobre o contexto em que elas são utilizadas. Algumas sugestões de expressões e definições que podem constar no verso da tarjeta:

- ✓ “A coisa tá preta”, “lista negra”, “ovelha negra”, etc – associação da cor preta a pessoas ou situações desconfortáveis, difíceis, ruins ou perigosas.
- ✓ “Da cor do pecado” – frequentemente utilizada como elogio, essa expressão associa o corpo da mulher negra à ideia do pecado cristão e à sexualização exacerbada.
- ✓ Denegrir – possui na origem da palavra a ideia de “tornar negro”, com o tempo associado como sinônimo de difamar, manchar a reputação de alguém.
- ✓ Meia tigela – Durante o período de escravidão, as pessoas negras que trabalhavam em minas de ouro recebiam apenas metade da comida quando não conseguiam atingir as metas estipuladas pelos feitores. Estas passavam a ser chamados de “Meia tigela”, expressão atribuída hoje em dia a pessoas sem valor ou medíocres.
- ✓ Mulata – Filhote macho do cruzamento de cavalo com jumento na língua espanhola. A expressão “mulata tipo exportação” reitera mais ainda a conotação do corpo da mulher negra como mercadoria.
- ✓ “Não sou tuas negas” – utilizada com a conotação de “não sou qualquer uma”, mais uma vez a mulher negra apontada como aquela com quem se pode fazer tudo.

- ✓ “Programa de índio” – utilizado quando qualquer tipo de programa que não será agradável, associando os costumes indígenas de forma pejorativa, como se fossem atrasados.

## 2. Atividade 2: Refletindo sobre o poder das palavras (20 min)

Peça para que os grupos compartilhem as expressões que receberam e suas impressões sobre os seus significados:

- ✓ Eles conheciam a origem dessas expressões?
- ✓ Sabiam que tinham conotação racista?
- ✓ Como se sentem agora ao saber disso?
- ✓ Conhecem outras expressões do tipo?
- ✓ Como essas expressões ajudam a perpetuar o racismo ao longo dos anos?

## 3. Atividade 3: Substituições são necessárias (10 min)

Reúna as tarjetas utilizadas pelos grupos e, para encerrar o encontro, proponha a adoção de outras palavras e/ou expressões que substituam estas sem conotação preconceituosa. Você pode anotar em novas tarjetas e deixar as propostas de substituição expostas na sala ou nos murais da escola.

### Dica!

A Fecomercio RS desenvolveu uma cartilha ilustrada com dicas de substituição de expressões racistas. Ela se chama “Racismo sutil” e que pode ajudar no desenvolvimento desta atividade. Acesse através do link <https://www.sesc-rs.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Cartilha-Palavras-Racistas-1.pdf>



# Referências Bibliográficas

ADICHIE, Ngozi. O perigo de uma história única. Disponível em [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras\\_digitalizadas/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_-\\_2019\\_-\\_o\\_perigo\\_de\\_uma\\_historia\\_unica.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf)

AFRO (Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial). Desigualdades raciais e primeira infância. Disponível em [https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/desigualdades\\_PrimeiraInfancia\\_Final2.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2023/05/desigualdades_PrimeiraInfancia_Final2.pdf)

AGENCIA GOV. Artigo Mais de 73% dos municípios já aderiram ao projeto de educação antirracista do MEC. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/pneerq-mais-de-73-das-redes-ja-aderiram-a-politica#:~:text=A%20regi%C3%A3o%20Nordeste%20lidera%20o,no%20ambiente%20escolar%20e%20universit%C3%A1rio.>

AGÊNCIA IBGE. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Disponível em: <https://share.google/2PubLk6BePysNyf0D>

\_\_\_\_\_. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://share.google/8aEIOkxBko3pYR3DV>

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Disponível em [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf)

BENTO, Cida. Educação infantil e relações étnico/raciais. Disponível em [https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/publicacoes/Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o\\_Infantil\\_e\\_rela%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es\\_%C3%83%C2%A9tnico\\_raciais\\_Maria\\_Aparecida\\_Silva\\_Bento.pdf](https://educacaoinfantil.ceert.org.br/pdf/publicacoes/Educa%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o_Infantil_e_rela%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es_%C3%83%C2%A9tnico_raciais_Maria_Aparecida_Silva_Bento.pdf)

\_\_\_\_\_. O Pacto da Branquitude. Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Constituição Brasileira. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

\_\_\_\_\_, Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

\_\_\_\_\_, Inep. Documentos completos em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares>

\_\_\_\_\_, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. 2003 Jan 10 [citado 2025 Abr 8]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)

\_\_\_\_\_, Marco Legal da Primeira Infância. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm)

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/CNE, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

CARTA CAPITAL. Artigo O racismo é uma problemática branca, diz Grada Kilomba. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problematica-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba/>

CAVALCANTE, Emanuel Bernardo Tenório. O conceito de adultocentrismo na história: diálogos interdisciplinares. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/15814/8561>

CEDRA. Disponível em <https://cedra.org.br/conjuntos-de-dados/>

COSTA, Samara da Rosa e PEREIRA, Sara da Silva. Artigo Literatura infantil e reflexões antirracistas no cotidiano da primeira infância, disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1384/1303>

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FALCONERY, Lucas. Artigo Conheça projeto antirracista em escola pública do CE que usa jogos e eventos para educar alunos. Disponível em <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/conheca-projeto-antirracista-em-escola-publica-do-ce-que-usa-jogos-e-eventos-para-educar-alunos-1.3445794>

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. [Internet]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Artigo Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03, disponível em: [https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/?gad\\_source=1&gclid=EAlaIQobChMI7ZT0xaSbigMVG0FIAB1d\\_SStEAAYASAAEgKSn\\_D\\_BwE](https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/?gad_source=1&gclid=EAlaIQobChMI7ZT0xaSbigMVG0FIAB1d_SStEAAYASAAEgKSn_D_BwE)

HALL, Stuart. A Identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro; DP & A, 2006.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Tradução de Marta Lança. 1. ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU). Carta de Princípios. São Paulo: MNU; 1978 [citado 2025 Apr 8]. Available from: <https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf>

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. Disponível em <https://doceru.com/doc/h1c580n>

NAKAMURA, João. Negros e pardos são maioria no mercado de trabalho, mas rendimentos de brancos são 61,4% maiores, aponta IBGE. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/>

PROJETO SETA. Pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil. Disponível em <https://percepcaosobreracismo.org.br/>

PROMUNDO. Caderno Projetando Futuros. Disponível em <https://www.promundo.org.br/caderno-projetando-futuros>

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica a sociologia brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/download/29135/pdf/0>

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?. Disponível em <https://www.sindjorce.org.br/wp-content/uploads/2019/10/RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf>

\_\_\_\_\_. Djamila. Pequeno manual antirracista. Disponível em [https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO\\_SOCIOLOGIA\\_2%C2%BAANO\\_PEQUENO\\_MANUAL\\_ANTIRRACISTA\\_RIBEIRO\\_DJAMILA-v\\_5f0659881d9e4.pdf](https://cogetes.epsjv.fiocruz.br/storage/ANEXO_SOCIOLOGIA_2%C2%BAANO_PEQUENO_MANUAL_ANTIRRACISTA_RIBEIRO_DJAMILA-v_5f0659881d9e4.pdf)

SACRISTÁN, J. Gimeno e Gómez, A. I. Perez. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática? Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre, Arned, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Óculos de cor: ver e não enxergar. Disponível em [https://ler.amazon.com.br/kp/embed?preview=inline&linkCode=kpd&ref\\_=k4w\\_oembed\\_DiYlrWPuBVekMr&asin=B0BF7LLQYX&from=Bookcard&tag=obrmede-20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&reshareId=VPM7HZPSR1JYAT80QDPK&reshareChannel=system](https://ler.amazon.com.br/kp/embed?preview=inline&linkCode=kpd&ref_=k4w_oembed_DiYlrWPuBVekMr&asin=B0BF7LLQYX&from=Bookcard&tag=obrmede-20&amazonDeviceType=A2CLFWBIMVSE9N&reshareId=VPM7HZPSR1JYAT80QDPK&reshareChannel=system)

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TANAKA, Paula e FIUZA, Maria Eneida. Artigo Relato de prática: como o livro Óculos de cor fez o 5º ano pensar e agir sobre as relações étnico-raciais. Disponível em <https://site.veracruz.edu.br/zumzum/capitulos/relato-de-pratica-como-o-livro-oculos-de-cor-fez-o-5o-ano-pensar-e-agir-sobre-as-relacoes-etnico-raciais/>

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; BRANDÃO, Ana Paula (org.). Modos de Brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. (Coleção A Cor da Cultura, v. 5.).

UNICEF. Projeto Deixa que eu conto. Disponível em <https://deixaqueeuconto.org.br/>

UNITED NATIONS. World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance: Durban Declaration and Programme of Action. Geneva: Office of the High Commissioner for Human Rights; 2002 [citado 2025 Apr 8]. Available from: [https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban\\_text\\_en.pdf//www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban\\_text\\_en.pdf](https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban_text_en.pdf//www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/Durban_text_en.pdf)



Fortalece  
**PSE!**